



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

BARBARA CRISTINA PINHEIRO MELO

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AO
ESTUDANTE PARA AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS
DOS ESTUDANTES INSERIDOS NO IFBA CAMPUS SIMÕES FILHO**

Salvador
2017

BARBARA CRISTINA PINHEIRO MELO

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AO
ESTUDANTE PARA AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS
DOS ESTUDANTES INSERIDOS NO IFBA CAMPUS SIMÕES FILHO**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Instituto de Psicologia do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Tavares

Salvador
2017

BARBARA CRISTINA PINHEIRO MELO

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AO
ESTUDANTE PARA AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS
DOS ESTUDANTES INSERIDOS NO IFBA CAMPUS SIMÕES FILHO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social ao Instituto de Psicologia do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 30 de Setembro de 2017

Profª Drª Márcia Tavares - Orientadora _____
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

Profª Drª Rosámelia Guimarães _____
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Universidade Federal da Bahia

Profª Drª Valéria dos Santos Noronha _____
Pós-doutorada em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) -
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me fortalecido para alcançar mais uma vitória em minha vida.

Às mulheres chefes de famílias monoparentais dos estudantes do IFBA/Simões Filho, por serem verdadeiras guerreiras, e por disponibilizarem seu precioso tempo para participar da minha pesquisa.

À toda Equipe do CICAN, médicos, enfermeiros, funcionários, que cuidaram de mim durante o meu tratamento, em destaque a Dr^a Cristiane Carvalho e Dr^a Gisele pelo conforto das palavras de força que me ofertaram em cada consulta.

À minha mãe Nilda Bastos Pinheiro, pelos ensinamentos, exemplos, carinho e por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida.

Ao meu companheiro Manoel Melo, que me acompanha há mais de trinta anos.

Aos meus filhos, Erica Melo, Gabriel Melo, Nuno Melo e Amanda Melo. Em especial a minha filha Erica, que a todo tempo me incentivou a não desistir nos momentos em que eu fraquejei durante essa jornada.

Aos meus netos, Isabela, Lara, Adan que trouxeram mais alegria e amor para minha vida.

À minha orientadora Márcia Tavares, pela leveza das aulas de orientação e pelo carinho, paciência e compreensão que dedicou ao ensinar.

Às minhas professoras e professores pelos ensinamentos, e por me deixarem beber da fonte de seus conhecimentos. Em particular, a Professora Adriana Ferriz, pelo exemplo de força que ela transmite a todos os seus discentes.

Às professoras que aceitaram compor a banca do TCC, Dr^a Rosamélia Guimarães, Valéria Noronha.

Às Assistentes Sociais do IFBA/Simões Filho, Ana Edna Sacramento e Valdeluce Nascimento, cada uma com sua maneira singular de acolher, ensinar e supervisionar.

Às estagiárias, Isabela de Jesus, Elenaildes Souza, Ester Figueiredo e Bruna Stefani, que durante o período de estágio, trocavam várias experiências de aprendizado comigo.

A todos os trabalhadores terceirizados, servidores e professores do IFBA/Simões Filho, pela atenção, apoio e cordialidade que proporcionam aos estagiários.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano (2012).

TREM BALA

Não é sobre ter todas as pessoas do mundo pra si
É sobre saber que, em algum lugar, alguém zela por ti
É sobre, desde cedo, aprender a reconhecer a sua voz
É sobre o amor infinito que sempre existiu entre nós
É saber que você está comigo.
Nos momentos que eu mais preciso pra me acompanhar
Então fazer valer a pena
Cada verso daquele poema sobre o que é amar
Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que venceu
É ver que você me ajudou a brilhar cada caminho meu
É sobre ter abrigo e fazer morada no seu coração
E se eu precisar, você sempre irá me estender sua mão
A gente já passou por tudo
Qual seria a graça da vida sem você aqui?
Pra ser meu porto seguro
O presente que a vida me deu logo que eu nasci
Não é sobre tudo que o dinheiro é capaz de comprar
E sim sobre cada momento que juntas pudemos passar
Contigo aprendi que o mais importante é ser do que ter.
E pelo que me tornei só tenho a te agradecer... (Ana Vilela)

MELO, B. C. P. A importância do programa de assistência e apoio ao estudante para as famílias monoparentais femininas dos estudantes inseridos no IFBA Campus Simões Filho. 2017. 72f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

O Presente trabalho debateu sobre a importância do Programa de Apoio e Assistência Estudantil do IFBA/Simões Filho para as famílias monoparentais femininas dos estudantes assistidos. Em paralelo, buscou-se compreender seus efeitos, quanto à efetividade do programa, se realmente os subsídios contribuem para manutenção e permanência dos estudantes nos cursos, e de que forma as famílias usam esses subsídios, para manterem os filhos estudando. Ao mesmo tempo, se os subsídios são eficazes como complemento de renda para as famílias monoparentais femininas. Se estão inseridas em outras políticas sociais de transferência de renda, qual opinião têm sobre o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, diante das questões percebidas durante a pesquisa, em que algumas carências de ordem socioeconômica tornam-se um conjunto de determinantes que as atinge, causando assim, vários impactos de ordem complexa na busca e promoção de uma educação de qualidade para os filhos. A pesquisa mostrou como essas famílias constroem suas estratégias e ações, quanto ao enfrentamento e resistência em busca da sobrevivência, ao mesmo tempo chamando atenção que apesar das dificuldades priorizam a educação dos filhos. Nessa perspectiva, buscamos compreender como essas famílias se organizam socialmente e economicamente para prover e manter os filhos estudando. Nesse contexto, a mulher está inserida como provedora do lar, sendo importante refletir e ter entendimento sobre a realidade social, econômica e cultural em que está incluída. Ao mesmo tempo discutiu-se sobre o empobrecimento das famílias, assistência estudantil no IFBA, a atuação do Serviço Social no espaço escolar. Abordou-se o perfil sócio-econômico e as condições de vida das entrevistadas. Foi verificado a origem do conceito de família monoparental feminina, constatou-se que no Brasil, especificamente no Nordeste, os arranjos familiares tendo a mulher como provedora cresceram na atualidade. Constatou-se que apesar das dificuldades econômicas que as famílias enfrentam, não impõem limitações para uma maior percepção de que a educação de qualidade para os filhos é importante e deve ser priorizada.

Palavras-Chave: Família monoparental feminina; vulnerabilidade socioeconômica; Programas de Assistência Estudantil; educação profissionalizante;

MELO, B. C. P. The importance of the program assistance support the student for the female single parent families of students enrolled in the IFBA Campus Simões Filho. 2017. 72f. Monograph (Graduation in Social Work) - Institute of Psychology, Federal University of Bahia, Salvador, 2017

ABSTRACT

The present study discussed the importance of the IFBA / Simões Filho Student Support and Assistance Program for the female monoparathic families of the assisted students. At the same time, we tried to understand its effects on the effectiveness of the program, whether the subsidies actually contribute to the maintenance and permanence of students in the courses, and how families use these subsidies to keep their children studying. At the same time, if the subsidies are effective as a supplement to income for families. If they are inserted in other social policies of income transfer, what is their opinion about the PAAE program. Given the context in which social vulnerability becomes a set of determinants in today's society, causing several complex impacts on single-parent families of women, who seek to promote quality education for their children, research shows how these families construct their strategies And actions, regarding the confrontation and resistance in search of survival, at the same time calling attention that despite the socioeconomic difficulties prioritize the education of the children. In this perspective, we seek to understand how these families organize themselves socially and economically to provide and keep their children studying. In this context, the woman is inserted as a provider of the home, and it is important to reflect and understand the social, economic and cultural reality in which it is included. At the same time we discussed the impoverishment of families, student assistance, the role of Social Service in school, a brief history of the institution. The socio-economic profile and the living conditions before and after joining the Program were discussed. It was verified the origin of the concept of single-parent female family, it was verified that in Brazil, specifically in the Northeast, the family arrangements having the woman as a provider have grown in the present time. It was found that despite the economic difficulties that families face, they do not impose limitations to a greater perception that the quality education for the children is important and must be prioritized.

Keywords: Female single parent family; socioeconomic vulnerability; Student Assistance Programs; vocational education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PAAE	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SPM	Secretária de Políticas para as Mulheres
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
C F	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
MEC	Ministério da Educação
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas Científicas
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
PINA	Projeto de Incentivo à Aprendizagem
B E	Bolsa Estudo
ART	Artigo
APA	Área de Proteção Ambiental

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos recursos do PNAES de 2008 a 2013.....	36
Gráfico 2 - Perfil social dos Estudantes e das Famílias do PAAE	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FAMÍLIA E TRANSFORMAÇÕES.....	17
2.1	CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS.....	17
2.2	O RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA MONOPARENTAL, CIDADANIA, VALORES E CONCEPÇÕES.....	20
2.3	CARÊNCIAS NA FAMÍLIA MONOPARENTAL	23
2.4	O CONTEXTO DA REPRODUÇÃO SOCIAL NAS FAMÍLIAS, FRENTE AS POLÍTICAS SOCIAIS	29
3	A POLÍTICA SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	32
3.1	O SURGIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	32
3.2	BREVE HISTÓRICO SOBRE O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL- (PNAES)	33
3.3	O PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA E PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	36
3.4	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFBA	38
3.5	BREVE HISTÓRICO SOBRE O IFBA.....	43
3.5.1	O IFBA Campus Simões Filho, para além do instituto	44
3.6	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O SERVIÇO SOCIAL	45
3.7	O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO IFBA.....	46
4	ACESSANDO E CONHECENDO AS FAMÍLIAS	50
4.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA	50
4.2	PERFIL RESUMIDO DAS MULHERES RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS ...	52
4.3	A MULHER CHEFE DE FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA E SUA AUTO REPRESENTAÇÃO	54
4.4	DESAFIOS PARA PROVER O GRUPO FAMILIAR.....	57

4.5 A BUSCA PELO IFBA.....	59
4.6 O PAAE NO ORÇAMENTO DOMÉSTICO E ÀS PERCEPÇÕES PELAS CHEFES DE FAMÍLIAS.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A.....	69
APÊNDICE B.....	70
ANEXO A.....	71

1 INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho de conclusão de curso, intitulado A importância do Programa PAAE para as famílias monoparentais femininas dos estudantes inseridos do IFBA – Campus Simões Filho, surgiu a partir da experiência do Estágio Obrigatório Supervisionado em Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus localizado em Simões Filho. No período de Três semestres divididos em, Estágio Supervisionado I, II e III, com duração de oito horas semanais, com supervisão de campo e acadêmica, totalizando 492 horas de permanência no campo de estágio.

A escolha da temática em questão tornou-se relevante no campo das pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre os efeitos que as políticas voltadas para a área da assistência estudantil, oferecidas pelo Estado, produzem quanto a viabilizar o acesso aos direitos sociais e para a emancipação das famílias monoparentais femininas dos estudantes inseridos, durante a permanência e conclusão nos cursos profissionalizantes.

Considerando que, no espaço escolar ocorrem várias manifestações da questão social relacionadas à vulnerabilidade socioeconômica que atinge os estudantes e suas famílias, algumas situações particulares referentes ao empobrecimento dessas famílias chamaram a atenção da pesquisadora, não podendo passar despercebidas, ao refletir sobre os relatos dos estudantes e suas mães, ocorridos nas entrevistas sociais e na análise documental, durante e após os processos seletivos do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE).

Esse programa é seletivo, baseado em critérios socioeconômicos, cuja finalidade é apoiar os estudantes em situação de vulnerabilidade social na permanência e conclusão dos cursos. Para acessar o programa, considera-se a renda familiar percapita, a condição de moradia, a distância entre a residência e a escola, às condições do bairro, se há portadores de doença na família, entre outros aspectos inerentes à condição social dos estudantes e de suas famílias. Após as análises, tanto sociais como econômicas, o estudante poderá ser inserido em uma das modalidades de bolsas e auxílios financeiros com valores diferenciados que compõem o programa.

O motivo que fomentou o interesse para estudar o tema relacionado às famílias monoparentais femininas, mais precisamente, a análise sobre os possíveis impactos do programa de assistência estudantil sobre esse modelo de família, foi o fato de perceber que a maioria dos estudantes assistidos pelo PAAE provém de famílias monoparentais femininas empobrecidas, ou seja, famílias chefiadas por mulheres sozinhas, que sustentam o lar sem a presença do cônjuge. Foi percebido durante as entrevistas sociais que os estudantes demonstraram preocupação com a situação econômica da família, desejando assim, contribuir com os subsídios recebidos após inserção no programa. As mães, por sua vez reforçavam que os subsídios eram importantes para manter os filhos estudando, assim, demonstraram interesse em saber quais documentos levar, no período que deveriam acompanhar os filhos até o banco para o recebimento dos valores, já que os estudantes por serem adolescentes, menores de idade, necessitam estar acompanhados dos seus responsáveis para retirada dos recursos.

Assim, surgiu a inquietação para conhecer as famílias dos estudantes e compreender de que forma o programa PAAE do IFBA contribuía para minimizar as desigualdades sociais, se interferia na realidade familiar socioeconômica quanto à manutenção e permanência dos estudantes na escola, partindo do contexto social no qual as famílias estão inseridas. Conhecendo como as responsáveis pelos lares se articulam para enfrentamento das demandas da questão social em que estão envolvidas, qual o significado do programa para essas famílias, se o acesso amplia as possibilidades de autonomia das famílias, se realmente conhecem o acesso aos direitos que lhes são devidos, se conhecem a finalidade do programa como um suporte voltado a fornecer os subsídios financeiros para permanência e conclusão nos cursos para seus filhos e de que forma o subsídio interfere no orçamento familiar.

A questão aqui consiste em compreender se os subsídios que o programa oferece para os estudantes vai para além de seu significado e de que forma. Isso aguçou a curiosidade em conhecer quais as expectativas que essas famílias criam sobre o mesmo, após o acesso ao programa, como constroem suas estratégias de sobrevivência dentro do complexo sistema capitalista de dominação e desigualdades sociais, já que no Brasil, em especial na Bahia, incidem vários fenômenos que contribuem para o crescimento desordenado do empobrecimento, das

desigualdades que afetam as famílias, em maior número as chefiadas por mulheres sozinhas.

Nesse contexto, Guimarães (2015) salienta que as mães, mesmo atuando como provedoras, têm dificuldade de prover sozinhas o sustento do lar e garantir a proteção familiar, colocando assim, as famílias diante de grandes desafios para sobreviver sem nenhuma proteção social.

Entendemos por família a célula do organismo social que fundamenta uma sociedade, *Locus nascendi* das histórias pessoais, é a instância predominante responsável pela sobrevivência de seus componentes; lugar de pertencimento, de questionamentos; instituição responsável pela socialização, introjeção de valores e pela formação de identidade; espaço privado que se relaciona com o espaço público. (LOSACCO, 2015, p.76)

Reforçando, portanto, o motivo aqui proposto da pesquisa em conhecer as famílias em um contexto que envolve a política de assistência estudantil, conforme já mencionado acima, o interesse emergiu no campo de estágio, e não passou despercebido, pois estar sempre presente no cotidiano do trabalho que o Serviço Social desenvolve na instituição IFBA, tornando-se de grande importância e se justificou por se tratar de questões relacionadas às manifestações da questão social, que se exteriorizam no espaço escolar, estando associadas a um conjunto de determinantes que permitiram uma interpretação em profundidade, onde buscou-se conhecer determinadas situações que conectam o sujeito e seu objeto nos processos, empíricos e subjetivos, reais, materiais e culturais, em que vivem e se reproduzem socialmente.

Dessa forma, buscou-se um estudo mais aprofundado da realidade aqui expressa, fundamentado através da percepção que, em síntese, envolvem as políticas sociais pós LDB/96 e o PNAES, essas por sua vez são estabelecidas pelos direitos sociais, reguladas pelo sistema capitalista de reprodução das desigualdades ocorridas no seus processos de acumulação e má distribuição das riquezas socialmente produzidas, através da compra e venda da força de trabalho, nesse contexto estão inseridas as Políticas de Educação no Brasil.

Para isto, o estudo da temática buscou conhecer se o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) é realmente eficiente para o fortalecimento dos processos de inclusão social dos estudantes e de suas famílias, nesse caso escolhemos o modelo monoparental feminino.

São várias questões desafiadoras, complexas e impactantes desta realidade aqui expressa, já que as famílias possuem um certo grau de dificuldade para manter os filhos estudando, sem o suporte da política estudantil, salientando que a família monoparental feminina negra é o símbolo da pauperização no Brasil, pois, são acompanhadas de outros fatores sociais que interferem na sua realidade.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, abordando no primeiro um breve histórico sobre o surgimento da família monoparental¹, o reconhecimento na Constituição Federal/88. A vulnerabilidade nas famílias, a inserção da mulher no mundo do trabalho pós sistema capitalista, a reprodução social das famílias e as políticas sociais.

No segundo capítulo, *Família Monoparental Feminina, breves considerações sobre família, transformações e empobrecimento*, breve histórico sobre o surgimento das políticas sociais na área da educação e seu desenvolvimento, após a LDB e o PNAES.

O terceiro capítulo, *A Política Social na área da Educação No Brasil*, abordando um breve histórico sobre o IFBA, o programa de assistência estudantil do IFBA, o trabalho do Serviço Social na área da educação em específico no IFBA.

Por fim, o quarto capítulo, *Acessando e Conhecendo as Famílias*, abordando a metodologia usada na pesquisa, trazendo o perfil das mães entrevistadas e responsável legal das famílias, no âmbito de algumas particularidades contidas nas falas das entrevistadas, pautadas, entre os limites e os desafios estabelecidos nas ações estratégicas em busca da sobrevivência e da promoção de uma educação de qualidade para os filhos.

¹ A família monoparental é uma família formada por homem ou mulher que vive em um lar sem cônjuge com os filhos, sendo responsável pelo provimento. (FONSECA, 2015). Já chefia familiar feminina é o domicílio cujo principal provedor é a mulher. (SARTI, 2015)

2 FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FAMÍLIA E TRANSFORMAÇÕES

2.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS

No cenário contemporâneo, em que a família apresenta as mais variadas configurações, é relevante assinalar, que mesmo constituindo-se como um espaço altamente complexo e evolutivo, cada indivíduo inserido em determinado grupo familiar, traz consigo um paradigma ou um referencial diferenciado de família, ainda que em alguns aspectos pareçam diferentes, algumas acepções, razões e apreensão da sua função tornam-se semelhantes a outras.

A definição de um único modelo, portanto, não é compatível com a realidade social complexa vivenciada pela maioria na atualidade. Conforme as mudanças ocorridas na sociedade interferem nas famílias no plano sócioeconômico, cultural e político, os sujeitos vão se expressando e criando desafios e expectativas sobre a entidade e concepção de “família” e, as formações dos arranjos familiares não se detêm exclusivamente por laços de sangue, envolvem afetos, tensões, necessidades, solidariedade, projetos de vida, entre outros. A família cumpre um papel importante na sociedade. (MIOTO, 2010, p.167)

Sabemos que a família vem sendo construída e reconstruída conforme as mudanças históricas na sociedade, em movimentos intrínsecos ao cotidiano que se atribui às conformidades, significados e aos acordos que são estabelecidos e pactuados entre seus membros, sua importância é centralizada tanto como rede de apoio, como referência simbólica na organização do mundo social, sobressaído-se entre os mais empobrecidos, como diferencial em solidariedade (SARTI, 2015, p.44).

No tocante às transformações sofridas pela família, Carvalho A. (2016) salienta:

Hoje em dia não podemos mais falar da família brasileira de um modo geral, pois existem vários tipos de formação familiar coexistindo em nossa sociedade, tendo cada uma delas suas características e não mais seguindo padrões antigos, nos dias atuais existem famílias de pais separados, chefiadas por mulheres, chefiadas por homens sem a companheira, a extensa, a homossexual, e ainda a nuclear que seria a formação familiar do início dos tempos formada de pai, mãe e filhos, mas não seguindo os padrões antiquados de antigamente. (CARVALHO, A., 2016, p.01)

Nesse sentido, o conceito de família que iremos pesquisar neste estudo, está pautada em uma retrospectiva das transformações resultantes dos processos históricos e dialéticos que abalaram a concepção de família e a traduziram em um campo desafiador e complexo para ser estudado, ao mesmo tempo tornou-se importante e fundamental conhecer e compreender essa realidade histórica estabelecidas por vínculos morais, culturais e materiais de criação e recriação das famílias.

Nesse caso, demanda conhecer um dos modelos já existentes, o qual se encontra em crescimento no Brasil. São famílias formadas por um dos membros que assume a chefia do lar e seus descendentes, sem a participação do outro genitor, sendo intitulada como família monoparental feminina.

Em relação a origem do conceito de famílias monoparentais, Vitale (2002) menciona a autora Nadine Lefaucher, explicitando que o uso do termo família monoparental surgiu na França, em meados da década de 1970, para nomear as unidades domésticas chefiadas por um dos membros que vivia sem o conjugue e com os descendentes, era também responsável por prover o sustento do lar e a educação dos filhos. (LEFAUCHER apud VITALE,2002, p.49)

Na antiguidade era comum em caso de viuvez a mulher assumir sozinha os filhos e o sustento da casa, raras vezes contavam com a ajuda de algum membro da família. Hoje a mulher não precisa mais ficar viúva para assumir os filhos, basta ocorrer separação conjugal, abandono ou opção de constituir uma família, que a composição familiar baseada na monoparentalidade feminina entra em cena e ganha novos significados e novas justificativas (VITALE, 2015).

Neste sentido, segundo Vitale (2002), a chefia feminina foi associada a vários eventos históricos e transformadores que ocorreram e ocorrem na sociedade, os mais conhecidos foram o período da colonização, o da abolição da escravatura, da mineração, da agricultura, da guerra, do início da industrialização dentro da lógica do capitalismo, ressaltando que esse modelo de família, percorre novos caminhos e expande conforme diversos fatores sociais no qual estão inseridas. Dentre os eventos que contribuíram na história para as mudanças sociais nas famílias, a autora Mito (2004) salienta a revolução industrial, com a entrada do capitalismo na compra e venda da força de trabalho, produziu tanto a riqueza como a pobreza, essa última responsável pela inserção da mulher dona de casa no mundo do trabalho formal. Portanto, sendo o divisor entre o mundo do trabalho e o mundo familiar

privado, no qual os impactos e as mudanças na sociedade foram significativas e determinantes nas formas de organização das famílias.

Neste sentido a autora Mioto (2004), salienta que o capitalismo passou a moldar as relações familiares conforme as suas necessidades de força de trabalho para o crescimento e acumulação da riqueza socialmente produzida, porém, não distribuível de forma igualitária e justa por quem a produzia e a produz, ou seja, os trabalhadores.

Para Karl Marx (1883), na segunda metade do século XIX, o sistema capitalista foi o responsável em promover o exército industrial de reserva da força de trabalho excedente, usando, assim, o desemprego para controlar, enfraquecer e inibir as reivindicações dos movimentos de lutas da classe trabalhadora, ou seja, uma parte dos trabalhadores ativos deveria permanecer desempregada, para que o capitalismo ganhasse força no controle dos salários e dos lucros, atingindo em cheio diferentes grupos sociais, tanto na área econômica, quanto social, nesse contexto foram inseridas as mulheres solteiras, casadas ou separadas.

Vieira (1992) concorda que a crescente urbanização e expansão da industrialização contribuíram para um fator consistente na entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, incluindo a força feminina, naquele momento histórico em que se desenvolvia o liberalismo econômico e delegava à família, a responsabilidade pela reprodução social, a mulher era um dos sustentáculos para o crescimento do capitalismo.

Sabemos que, por muito tempo, a sociedade aceitou a família, a partir do modelo nuclear formado pela presença do pai, a figura masculina como provedor e chefe da família, a mãe como responsável pela administração das atividades domésticas do lar e do cuidado com a educação dos filhos, na qual tanto a mulher como os filhos eram obedientes e subservientes ao patriarca, na figura representada pelo pai. (SARTI, 2015, p.37)

Embora, a família continue sendo objeto das imaginações, ocorridas na dinâmica da sociedade e permeadas pelo ideário de quem a compõe, já não é possível relativizar um modelo único que seja adequado ou inadequado na sociedade, visto que os “arranjos familiares” foram construídos e se diversificando, conforme o momento histórico de várias transformações das relações culturais e sociais, advindas dos movimentos crescentes da sociedade capitalista, que impôs

determinantes cruciais de construção e reconstrução para a sobrevivência dos sujeitos com base na realidade vivenciada em que estão inseridos.

Para a grande maioria, a realidade incide em ver a família como elemento vital, no qual os membros possam contar na hora de suprir suas necessidades materiais e afetivas, ao mesmo tempo a família é posta em questões expressivas no âmbito domiciliar e social, ora amadas, ora odiadas, culpabilizadas quando há implicações relacionadas a sucessos e insucessos na vida de algum membro. (SARTI, 2015, p.36)

Cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjuntivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem. (SARTI, 2015, p.36)

Carvalho (2015) argumenta que os valores, utilidades e estruturas no que diz respeito à organização familiar, são definidos de acordo as circunstâncias social e econômica da família, influenciadas pelas distintas intervenções tecnológicas que foram sendo implementadas na sociedade. A exemplo da pílula anticoncepcional que teve uma ampla participação na liberdade de escolha, transformando a associação entre ser mulher e mãe, a partir da autonomia que as mulheres ganharam com a emancipação de opção, entre a sexualidade desprendida da obrigatoriedade da maternidade e do casamento, no controle do número de filhos. Essa liberdade foi sendo reforçada pela reprodução assistida através da fertilização in vitro, com a participação do cônjuge ou não, isso também proporcionou liberdade às mulheres na hora de constituir uma família e ao mesmo tempo defini-la.

2.2 O RECONHECIMENTO DA FAMÍLIA MONOPARENTAL, CIDADANIA, VALORES E CONCEPÇÕES

O conceito de família monoparental se estabelece na sociedade como uma mãe ou um pai que vive sem o cônjuge e com filhos dependentes destes. Aqui no Brasil, após a lei do divórcio, Lei nº 6.515 (1977), as famílias monoparentais femininas foram aumentando, assim, cada vez mais as mulheres foram assumindo o papel de provedoras do sustento da casa, em escala maior nas famílias mais pobres, tornando-se chefes de família, algumas pelas circunstâncias da separação conjugal, viuvez, outras por opção e determinação, assim, foram sendo expandidas

novas composições de famílias, não sendo possível padronizar suas particularidades e motivação como já mencionado. (LOSACCO, 2015, p.76).

A família monoparental foi prevista e definida pelos artigos 226, parágrafo 4º da Constituição Federal de 1988: "A família é "a entidade familiar a união formada por qualquer dos pais e seus descendentes". Portanto, o Estado reconhece o modelo de família monoparental feminina em seu Estatuto, rompendo, assim, com o preconceito de um só padrão de família, portanto a família também é uma construção pública devendo o próprio Estado protegê-la. (CARVALHO, 2015, p.298)

Para Sarti (2015), A família monoparental sempre existiu, historicamente não é um fenômeno novo, apesar de ser crescente e, estar cada vez mais inserida na esfera das desigualdades sociais promovidas pelo crescimento do sistema capitalista, esse por sua vez enfraquece cada vez mais as estruturas familiares, com o aumento da pobreza e das desigualdades e a falta de um maior número de políticas sociais abrangentes, criando vazios difíceis de serem preenchidos com a falta de proteção social providas pelo Estado, multiplicando, assim, as expressões da questão social, como a violência, o desemprego, o não acesso à moradia digna, educação, à saúde, lazer, cultura etc.

Partindo do ponto de vista da diversidade presente nessas novas configurações familiares, em crescente as chefiadas por mulheres sozinhas, tornou-se distintas entre si e ao mesmo tempo parecidas em alguns aspectos entre os modelos variados já existentes, as quais cada sujeito conceitua culturalmente e historicamente, sobre um ideário da concepção do que é família, ultrapassando suas representações na sociedade. Porém, para cada sujeito, o que importa é se a família acolhedora, desempenha na sociedade suas atribuições educativas, na transmissão dos valores morais, protetivos, culturais e materiais para seus membros, na construção das relações sociais. Dessa forma a família se responsabiliza pela sobrevivência, material, física e mental dos indivíduos do seu grupo, portanto cabendo ao Estado ofertar meios de potencializar apoio e garantias para proteção. (CARVALHO, 2015, p.304)

De acordo com Sarti (2015), essas relações, que ocorrem no âmbito privado da família, ora são harmônicas, ora são conflituosas, são alongadas a outras esferas da sociedade, ultrapassando os limites da casa, nesse caso, em se tratando da chefia feminina do lar. Encontra-se presente também a participação do Estado, que por sua

vez interliga as relações envolvendo políticas sociais, trabalho, mercado e responsabilização, mas não equidade principalmente para mulheres negras.

O resultado dessas interlocuções acaba sendo contraditório por interesses distintos. O Estado oferece através das suas políticas sociais focalizadas, o mínimo de proteção social. A família empobrecida, por sua vez, luta pelo reconhecimento do acesso à cidadania e se intitula como sendo a unidade responsável pelo cuidado e pela redistribuição interna dos recursos para sua manutenção, reprodução e sobrevivência. (SARTI, 2015, p. 45)

Segundo pesquisas elaboradas pelo IBGE (2015), foi feito um levantamento através do CENSO 2015 em que mais de 39% dos lares pesquisados eram de famílias monoparentais femininas, mulheres vivendo sozinhas com os filhos. A pesquisa constatou que nos últimos 30 anos, a família monoparental feminina vem se firmando como um fenômeno social, passando a ser desde então objeto de estudos e, inquietações por parte de estudiosos ligados à área social e jurídica, ao mesmo tempo se firmando como um modelo de família, que necessita da atenção das políticas sociais do Estado. Sendo as famílias negras em maior número.

A Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM) confirma que, a partir do ano 2015, elevou-se o número de núcleos familiares compostos apenas por mulheres e seus filhos, atingindo a marca de 42%.

Já o relatório do Censo de 2000, destaca que em 1995 as mulheres ganhavam 38% menos do que os homens. Em 2007, no entanto, essa diferença “diminuiu” para 29%, e, entre 2001 e 2009, o número das trabalhadoras na população economicamente ativa cresceu de 54% para 59%, de acordo com os estudos. Já na zona rural as mulheres contribuíram na renda familiar em 51%.

Embora a pesquisa aponte para diminuição da desigualdade salarial entre gêneros, para a autora Vitale (2015), isso ainda não é perceptível pelo fato das mulheres chefes de famílias estarem inseridas em trabalhos precários e com baixa remuneração, tornando a família monoparental feminina mais vulnerável socialmente, atrelado a questão está a discriminação, o preconceito.

É importante que seja observada também, a questão da divisão sexual do trabalho ao se propor avaliações e implementações das políticas sociais que possam reduzir as desigualdades entre gênero no mercado de trabalho, uma vez, que esta refletirá sobre a redução das desigualdades de renda entre os domicílios com tipos de “arranjos” familiares específicos e crescentes. Nessa perspectiva, a mulher chefe

de família, em sua maioria, está inserida em atividades de pouco valor social e econômico em relação aos homens, como a ocupação em altos cargos de chefia, promoções na carreira profissional, e oportunidades no mercado de trabalho formal.

É nesse contexto em que as famílias monoparentais femininas empobrecidas estão inseridas, avós, bisavós, com netos e bisnetos, tias e sobrinhos também exercem papéis diferenciados na composição familiar, em relação ao simples “cuidar”, ela torna-se extensão econômica da família, transformando-se também em rede de obrigações e apoio, com a qual os seus dependentes poderão contar e confiar para sua sobrevivência. A avó se tornou o sustentáculo moral e material que transpõe os limites do lar, estabelecendo novas relações como pessoa imprescindível nas relações estabelecidas, exercendo o papel de provedora do sustento dos netos e dos filhos, mediante contribuições financeiras, providas das pensões e aposentadorias, deixando claro que as relações do grupo não se pautam apenas nos laços afetivos, a avó também ocupa um lugar destacado e centralizado de chefia e provedora em alguns modelos de família monoparental feminina (VITALE, 2015, p.109).

Para Mioto (2006), o conhecimento sobre a estrutura que compõe as relações familiares permite entender como as famílias se organizam para satisfazer seus membros, como essas proporcionam bem estar na provisão dos recursos materiais e afetivos, essa é uma questão que precisa ser desvelada, para saber se são ou não protegidas pelos mecanismos de proteção social, disponíveis e direcionados quanto a sua emancipação, já que a família de certa forma cumpre o papel de prover a falta de políticas sociais, sendo essa ausência do Estado mais expressiva na atualidade.

2.3 CARÊNCIAS NA FAMÍLIA MONOPARENTAL

A pobreza exige um estudo mais criterioso nesse aspecto quanto à sua conceituação, já que não se pode mensurar na totalidade sobre o que é a pobreza, mas sim o seu significado mais geral como a falta da satisfação material de necessidades básicas, segundo alguns indicadores em pesquisa social. No Brasil, o Estado reconhece e classifica a pobreza a partir, da privação de renda, ou renda mínima percapita de até meio salário mínimo, distribuída pelo total de membros pertencentes a família, mas também a falta de acesso a bens públicos, como acesso ao saneamento básico, saúde e educação, tornam-se parâmetros para definir a

pobreza. Na atualidade a pobreza é vista como os motivos e aspirações das políticas sociais focalizadas em seu estado mínimo implementadas pelo Estado.

Além disso, a PNAD (2014) divide a pobreza em duas partes, a miserabilidade, que é o percentual de renda até \$77,00 ou extrema pobreza, e a pobreza comum até meio salário mínimo, que nos parece ser a forma mais “flexível” da miserabilidade. O que se percebe nesses dados entre extrema pobreza e pobreza é a pouca diferença, quando envolve suprir necessidades básicas nas famílias em crescente, nos domicílios chefiados por mulheres o percentual aumentou de 26% em 2004 para 38,8 em 2014, na qual a renda provém de um só membro.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD (2014):

O conceito de pobreza adotado considera pessoas pobres aquelas que vivem com rendimento domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo. O salário mínimo de base para construção da linha de pobreza é o de 2009, anualizado e corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/ IBGE) para os anos posteriores. Esse é o critério adotado pelas unidades da federação no acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O valor que delimita a condição de pobreza, em 2013, é de R \$ 77,00 R\$ 170,00. (PNAD, 2013 p.54)

Em síntese, a pobreza seria conceituada como decorrente da falta de suprimentos necessários para satisfação material e social mínima de sobrevivência do indivíduo, causadas pela ausência de políticas sociais efetivas no controle do seu crescimento, conseqüentemente atingido novas configurações familiares.

Para Gomes e Pereira (2002), o papel do Estado na vida das mulheres chefes de família monoparental feminina é questionado pelo fato de não se ter uma política social específica que assegure os direitos de forma protetiva e integral direcionada. Na maioria das vezes, as mulheres trabalham mais de 14 horas por dia, às vezes até mais, em trabalhos formais ou informais, para prover o sustento dos filhos, dentro da estrutura social de regime capitalista, tornando-se um grupo cada vez mais excluído socialmente. Pois, não têm condições de participar integralmente da vida dos filhos, nem tampouco da sua vida pessoal, são suprimidas do direito do lazer, pois, a carga excessiva de trabalho em busca da sobrevivência impede uma vida social mais plena, esse fator gera exclusão quanto ao acesso ao lazer, educação, saúde, alimentação, cultura, habitação.

Quanto às ações do poder público, seria necessário ampliar suas pautas referentes à erradicação da pobreza e emancipação das famílias empobrecidas

destituindo o modelo conservador, justificador e tutelar de atenção básica das políticas sociais, pois, não são suficientes para prover autonomia, inclusão, direitos e apoio à família monoparental feminina pobre, não só na questão da renda, mas do ponto de vista do acesso a bens e serviços sociais mais abrangentes, que contemplem outras necessidades, como saúde e proteção contra a violência, etc. (CARVALHO, 2015, p.273)

Nessa questão, a família monoparental feminina é a mais atingida, pois, esta se constituindo na instabilidade econômica estrutural do subemprego e das políticas focalizadas que não alteram muito sua realidade social e econômica. A mulher enfrenta dificuldades para criar seus filhos, pois as relações na família são primeiramente estabelecidas pela obrigação de prover a renda para o sustento, educação e pelo cuidado com a casa e com os filhos.

É importante ressaltar nessa discussão que a pobreza também decorre da má distribuição da riqueza socialmente produzida, da exploração da força de trabalho, do desemprego, subemprego, da violência, do racismo, do preconceito, do não acesso aos serviços públicos de qualidade, ou seja, das expressões das necessidades sociais básicas para sobrevivência e satisfação.

Nesse sentido, resulta que o avanço do capitalismo no mundo, em especial no Brasil, determina os limites e o acesso aos direitos mínimos na própria organização das políticas sociais, principalmente após os anos 1990, com a contra reforma do Estado, em que, as conquistas democráticas de 1988 cederam lugar ao redirecionamento das políticas sociais, para o modelo neoliberal baseado na barbárie e retirada de direitos e seus impactos sobre a sociedade. (BEHRING, 2011)

Para Behring (2011), a família é afetada direta e indiretamente pela ausência do Estado, quanto aos seus direitos, pois o acesso aos recursos é desigual e injusto numa sociedade constituída por classes, onde a maior parte da riqueza produzida pelos trabalhadores permanece nas mãos de poucos, ou seja, nas mãos de quem detém o poder para financiar a produção, e não nas mãos de quem a produz, isso aumenta a problemática da questão social nos grupos mais fragilizados socialmente. como as famílias monoparentais negras. (BEHRING, 2001, p.37)

Contudo, a visibilidade das expressões sociais que afetam as famílias chefiadas por mulheres poderá ser rebatido, a partir da interferência do Estado em prover políticas públicas que integrem esses grupos afetados pelas desigualdades

sociais históricas, do contrário o empobrecimento acelerado continuará sendo uma ameaça aos novos padrões sociais do direito e da cidadania.

Segundo, Vitale (2015):

A proteção social, nesse âmbito, é compreendida como o alcance aos mínimos sociais de sobrevivência e inclusão, capazes de assegurar a seu público-alvo a superação de um patamar de vulnerabilidade que o mantém excluído dos mais elementares bens, serviços e redes. (VITALE, 2015, p.159)

Para a autora Vitale (2015), a vulnerabilidade e a pobreza relacionadas com a fragilidade financeira e educacional, incrementa a dificuldade socio-econômica das famílias chefiadas por mulheres sozinhas, pensar sua realidade constituída pelo discurso de si própria, é pensar formas que dêem sustentação de enfrentamento para a realidade que as acomete socialmente, é pensar formas e políticas sociais com dimensões abrangentes e inclusivas.

De modo a ingressarmos na seara que envolve as famílias monoparentais femininas, faremos uma breve reflexão sobre o contexto das políticas sociais no Brasil na era capitalista. Para Faleiros (1991), as políticas sociais são elaboradas de acordo com o patamar econômico, político e social, direcionadas a dar sustentação à força de trabalho, satisfazendo a vontade do capitalismo, e não dos trabalhadores, mesmo sendo conquistadas através da pressão da classe trabalhadora sobre o Estado. Através dos movimentos sociais de lutas, que em alguns momentos da história contribuíram para conquistas significantes de alguns direitos trabalhistas, na atualidade vivenciamos a perda desses direitos. (FALEIROS, 1991, p.9)

De acordo com a análise de Berhring (2011), o Estado intervém sobre as expressões da questão social, proporcionadas pela exploração capitalista sobre a força de trabalho. Nesse contexto, são incorporadas as políticas sociais, como “protetivas” em seu formato de investimento mínimo e fragmentado, ainda que as necessidades da classe trabalhadora demandem um investimento maior em todas as áreas sociais, os investimentos focalizados não satisfazem as necessidades básicas da maioria, no atual momento que se vivência o desmonte dos direitos.

Para Behring (2011) a totalidade da reprodução da sociedade deve ser levada em todo o contexto da historicidade dentro do sistema capitalista de produção de desigualdade sociais.

Vale destacar que, quando se fala em produção e reprodução social das relações sociais inscritas no movimento histórico, sendo a questão social inflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução, movimentos inseparáveis na totalidade concreta, de condições de vida, de cultura e de produção da riqueza. (BEHRING, 2011, p.52).

Vale observar que, no pensamento da autora, a gênese das desigualdades sociais no sistema capitalista se expressa de forma multifacetada das expressões da questão social dentro do contexto de políticas liberais.

Diante desse quadro, pode-se dizer que é através da política social que o Estado alimenta o sistema capitalista e dá respostas a algumas expressões da questão social superficialmente, partindo do controle da força de trabalho regulamentado pelas relações capital e trabalho, ao mesmo tempo a política social se constitui como um mecanismo contraditório dessas relações, pois, alimenta uma espécie de disparidade entre o capital e força de trabalho, quando deveriam dar proteção a classe trabalhadora e da satisfação das suas carências.

Nessa perspectiva, cabe mencionar as análises Marxistas de Neto (2011).

[...] a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as sequelas da 'questão social' são recortadas como problemáticas particulares o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc. e assim enfrentadas. (NETO, 2011, p. 28)

Isso implica em pensar a política de forma a atingir sua totalidade na reprodução da força de trabalho, para além de um avanço limitado, não calculando os efeitos a partir da imediatividade, a política deve ser pensada e implementada como política social transformadora que organiza a massa trabalhadora e satisfaça seus interesses mais profundos, e não apenas a superficialidade. (NETO, 2011)

Conforme Vieira (1992), a política social deveria ser potencializada em todas as áreas da garantia dos direitos previstos na Constituição e providos pelo Estado, abrangendo investimentos concretos e articulados.

Podemos dizer que a política social se relaciona com a educação pública, com a saúde pública, com a habitação pública, com a previdência social, com o lazer, com as condições de trabalho, mas evidentemente que as questões relacionadas com financiamento têm diretamente vinculação com a política social, embora esteja no campo da política econômica. (VIEIRA, 1992, p.18)

A Carta Capital (2014) define muito bem o que é o conjunto de políticas que busca equilibrar o orçamento do governo, desde a década de 1980 e 1990, gerando não só a redução das responsabilidades do Estado frente às funções da garantia dos direitos sociais e proteção social. Para Carvalho, (2015) o Estado designou aos grupos familiares a missão de co-responsabilidade pelo desenvolvimento dos cidadãos, quando conferiu à mulher administrar e maximizar economicamente os poucos recursos advindos das políticas redistributivas. (CARVALHO, 2015, p.160)

No Brasil, as recentes regulamentações no campo, em torno da política de assistência social, implementadas em prol do crescimento do capitalismo, assumem a família como parceira e organizadora da proteção social junto ao Estado, esse por sua vez passa a reconhecê-la constitucionalmente como sendo um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, conferindo a essas o título de provedora dos cuidados e da proteção para seus membros, que precisam também de “proteção” pelo mesmo Estado. (PNAS, 2004)

Conforme Carvalho (2015), a família, independente das suas configurações, é mediadora das relações entre seus membros e a sociedade, mesmo considerando que dentro do espaço privado que compõe a família, há características contraditórias entre a harmonia e conflitos, que são gerados por fatores internos e externos provocados pelas desigualdades sociais.

Para o Estado, a família ainda é o âmbito da proteção social para reprodução da sociedade, já para a mesma autora, isso torna-se um terreno perigoso de se percorrer, pois, denota um olhar do Estado como uma coresponsabilização da família quanto aos males da sociedade, e não a responsabilização da ausência do Estado, com políticas efetivas nas questões sociais que envolvem a família.

Entende-se que vários fatores da questão social têm contribuído para a pobreza das famílias chefiadas por mulheres, a instabilidade conjugal, abandono, o desemprego estrutural, a renda, pois, as condições para manutenção material provêm de um só membro, através de renda obtidas com trabalhos informais, sem a garantia da segurança dos direitos trabalhistas e previdenciários, ou trabalham formalmente com salários muito baixos que as impedem de prover uma melhor estrutura para manutenção dos seus dependentes (PNAD, 2004).

Já que a questão social é expressão dos processos de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, em sua totalidade das transformações históricas (IAMAMOTO, 2014, p.140)

Para Carloto (2005), este tipo de modelo de família tem crescido principalmente entre as famílias empobrecidas, estando relacionado o fenômeno com em média menor capacidade de ganho das chefes de família, provocados por diversos fatores dentre esses a condição de gênero, classe e etnia. Nos domicílios chefiados por mulheres sozinhas em média a renda é menor, pelo fato da mulher ganhar menos. Segundo a PNAD (2016), de redução de rendimento médio, provenientes do trabalho das pessoas ocupadas entre 2014 a 2015, ocorreram nas regiões do Nordeste com um crescimento em torno de 11%. Portanto, tanto a capital como os municípios da Bahia estão incluídos na pesquisa, pois apresentam uma maior desigualdade para as famílias, na qual possui um só membro responsável pelo domicílio.

2.4 O CONTEXTO DA REPRODUÇÃO SOCIAL NAS FAMÍLIAS, FRENTE ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

Atualmente com a crise no mundo do trabalho e do sub emprego e a violação dos direitos sociais, o que concerne á família monoparental é o compromisso entre dar conta da reprodução de seus membros com recursos escassos provenientes de renda insuficiente, e ao mesmo tempo estabelecer meios de novas buscas de se relacionar com redes de assistência social, que lhes forem disponibilizadas para acessar as políticas sociais. Sejam na escola onde os filhos estudam, através do acesso aos programas de assistência estudantil, sejam em outros programas sociais de inclusão e proteção social. Essas novas formas de conquistas quanto ao acesso aos direitos serão compartilhadas entre os membros, na qual são redesenhadas no interior da efetividade e da provisão, ao mesmo tempo são tencionadas nos processos de escolhas para satisfação das necessidades materiais, indicando um grande desafio a ser enfrentado, entre comprar o alimento, pagar passagem em transporte coletivo, pagar uma conta, comprar um simples calçados, ou se deslocar até uma praia para um lazer de final de semana, são decisões que impõe limites a usufrir de uma cidadania plena para famílias monoparentais no gasto dos recursos.

Para Carvalho (2015), o Estado estabelece que o acesso a qualquer programa de transferência de renda, condiciona a família em manter os filhos na escola, a

partir de então, para haver uma relação estratégica razoável entre o Estado, educação e a família, a tríade são instituições que contribuem para o bom funcionamento e crescimento das sociedades capitalistas, onde os indivíduos que nela vivem necessitam consumir bens, mercadorias e serviços públicos ofertados pelo Estado. Demandando um suporte maior das políticas sociais da educação, que promovam um acompanhamento diferenciado com as famílias chefiadas por mulheres sozinhas, dando ênfase a se considerar toda problemática histórica, social e econômica, já mencionadas, que acomete esse modelo da família.

Contudo, os avanços nas políticas sociais da educação precisam de avaliações permanentes, conforme o movimento da sociedade e suas reivindicações, com melhores formas de acesso e distribuição, devendo oferecer um caráter verdadeiramente interventivo e protetivo, no sentido de mudança de realidade das famílias monoparentais femininas, na qual os filhos estão inseridos nos programas.

Segundo Guimarães (2016), é preciso ser prudente, realista e ter um vasto conhecimento na área social, na elaboração de políticas e programas sociais, sendo necessário desenvolver vários mecanismos que considerem a real situação socioeconômica dessas famílias.

Certamente, Vitale (2015) chama atenção que o âmbito familiar é composto por ligações de solidariedade, como também por conflitos entre seus membros, ou seja, a autora coloca através do seu olhar crítico, uma certa limitação das famílias quanto prover satisfatoriamente os meios necessários de sobrevivência dos membros, por vezes essa questão também colabora para alguns conflitos no seu interior, nesse caso demanda a participação do Estado, com políticas públicas que dê uma resposta eficiente para as problemáticas sociais relativas que se manifestam no interior das famílias. Levando em conta que o modelo mínimo, fragmentado e seletivo das políticas sociais, torna-se insuficientes porque não atingem a questão em um parâmetros satisfatórios capaz de defini-la como parte justa da redistribuição de riquezas socialmente produzida, para partilhar com os seus no âmbito familiar.

Reafirma-se, portanto, a importância de se conhecer como a família exterioriza suas necessidades, seus anseios diante da tendência de mecanismos que contribuem para uma concepção de proteção, o que nos parece ser o papel vital das políticas, ou o que deveria ser no que tange a transformar os lugares dos desiguais, não é com a perda do direitos trabalhistas e a falta de investimentos na área social que a família poderá se desenvolver socialmente.

Concordando com Carvalho (2015) cada vez mais a família torna-se um elemento importante que oferece proteção aos seus membros, dessa forma, não se pode desperdiçar o potencial protetivo sem ofertar-lhe apoio através da garantia e do acesso a bens públicos.

Contudo, o Ministério do Desenvolvimento Social (2015), define a pobreza ou extrema pobreza a partir da renda mensal de R\$ 77, nessa linha oficial está integrado o Bolsa Família, usando o referencial das Nações Unidas para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como também para o desenvolvimento Sustentável, associado ao Plano Brasil sem miséria. Na atualidade podemos observar que algumas metas para a erradicação da extrema pobreza no Brasil encontram-se comprometidas com os cortes de investimentos na área social pelo atual governo e sua política de cortes de gastos.

3 A POLÍTICA SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

3.1 O SURGIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Sabemos que a Política de Assistência Estudantil possui um forte vínculo de associação com políticas de assistência social, e foram frutos dos resultados da insatisfação da classe trabalhadora após as reivindicações ocorridas através dos movimentos sociais e políticos de lutas, sendo fortalecida após a Constituição de 1988, reforçadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente através da Lei 8.069/90, sendo essa, um instrumento que prevê a garantia dos direitos do público alvo, inspirado pela Convenção sobre os direitos da Criança em 1989, e pela LDB9.934/96, desfazendo a visão assistencialista das políticas pelo favor, tornando-se o acesso pelo direito e exercício da cidadania. (CFESS, 2001, p.10).

Nesse contexto, após a Constituição de 1988, marco da elaboração e implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, o direito ao acesso e permanência na escola tem sido garantido dentro dos suportes legais da Constituição Federal, reiterando a formação dos sujeitos para o exercício da cidadania, preparando os indivíduos para o mundo do trabalho. A LDB firmou-se como uma bússola “efetiva” capaz de administrar as políticas direcionadas a educação, acompanhadas das transformações políticas e sociais do sistema capitalista, porém com algumas falhas, após o PNAES novas diretrizes foram incorporadas.

Segundo Teixeira (2000), chegamos no século XXI com o marco legado de uma Constituição Cidadã/1988, mas ao mesmo tempo resistente em efetivar os direitos estabelecidos, no qual percebe-se os retrocessos e a violação aos direitos conquistados. Segundo o autor estamos vivenciando um período polarizado, entre de um lado a concentração de renda e riquezas socialmente produzidas concentradas nas mãos de poucos, e do outro, um crescente processo de exclusão social, no qual boa parte da população não consegue acessar os mínimos necessários a sua sobrevivência, nem tampouco o acesso pleno a educação nas escolas públicas.

Portanto, essa questão demanda compreender a educação como uma política que possui o compromisso na garantia dos direitos sociais, compromete-se em reformular e ampliar seus conceitos sobre ela mesma, partindo de uma perspectiva de produção e reprodução social.

3.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL- (PNAES)

O plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado em 2008, dentro dos marcos legais da Constituição Federal (1988), reiterando o direito de acesso à educação, com intuito de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados nos cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior e técnico, com renda percapita de até um salário mínimo e meio, convertendo-se na principal política de assistência estudantil pelo Estado, através do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidade entre todos os estudantes de baixa renda, visando assim, contribuir para melhoria e desempenho acadêmico com foco no combate a repetência e a evasão nos cursos.

O Plano possui o desígnio de apoiar a permanência de estudantes em risco de vulnerabilidade social matriculados nos cursos técnicos e de graduação das instituições federais de ensino superior. Em 2010, o Plano entra em vigor através da portaria Normativa sob o decreto N° 7234, na qual todas às ações de assistência estudantil, seriam desenvolvidas nas áreas que contemplassem o acesso a igualdade de oportunidades, e assim, contribuir para um melhor desempenho do aprendizado nos cursos, ao mesmo tempo prevenir a evasão escolar, resultantes das carências socio econômicas dos estudantes.

Sendo assim, o Plano visa contribuir para o desempenho no aprendizado, oferecendo suporte para moradia, alimentação, transporte, saúde, cultura, esporte, apoio pedagógico. Todas as ações e planejamentos são executados pelas instituições de ensino, com alguns critérios de seleção que compete ao Serviço Social avaliar, levando em conta a realidade de cada instituição (MEC, 2017).

Algumas outras ações do PNAES inclui a articulação envolvendo órgãos públicos e entidades com fins sociais, através de apoio ao ensino, pesquisas, extensão, concessão, através de Bolsas de pesquisas, estágios remunerados, aprendizados de lingua estrangeira, entre outros.

Nesse contexto encontra-se um importante mecanismo que foi criado em 2007, através do Forum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, o Forum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, (FONAPRACE), através da Associação dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior Federais- (ANDIFES), no qual através da articulação, sistematização, objetivos, concepções, conceitos e perspectivas para diretrizes de lutas que visam o fortalecimento das políticas de assistência estudantil nas diversas Instituições Federais de Ensino Superior, ao longo de sua trajetória. (FONAPRACE, 2012 p.05).

Em 2012 o FONAPRACE consegue junto ao Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAES a liberação dos recursos da política de assistência estudantil, diretamente para os Institutos Federais, isso caracterizou um grande avanço e autonomia para as instituições desenvolverem seus programas de apoio estudantil. (MEC,2016), e conseqüentemente espaço para atuação do Serviço Social.

Outro avanço foi a inclusão das instituições públicas estaduais, que participam do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que também passaram a receber recursos do Governo Federal, visando promover assistência estudantil, nas universidades estaduais, o programa foi instituído em Outubro de 2010 através da portaria normativa nº 25, como sendo Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST). Os recursos serão destinados exclusivamente às instituições estaduais de educação superior gratuitas com ensino de graduação presencial. Segundo o MEC (2017) são objetivos do PNAEST:

- I- Fomentar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual.
- II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso á educação superior.
- III- reduzir as taxas de retenção e evasão.
- IV- aumentar as taxas de sucesso acadêmico dos estudantes.
- V- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Os recursos do, Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o do Programa Nacional de Assistência Estudantil de Educação Superior Publica Estadual. (PNAEST), são financiados pelo Governo Federal, Através do Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 em consonância com a Constituição Federal/88 no seu

Artigo 205 “[...] a educação é direito de todos e dever do Estado”, no qual, se reitera tanto o direito a educação como a permanência na escola.

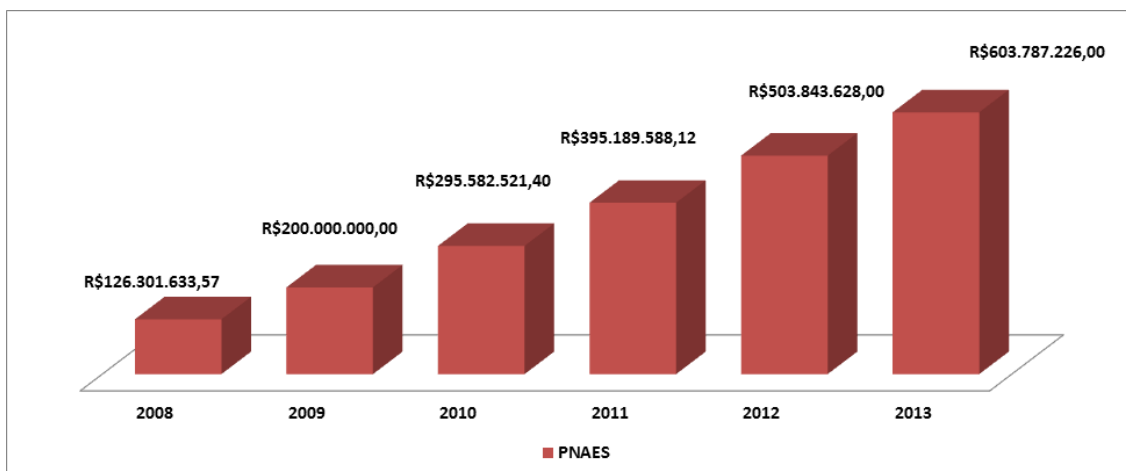
Segundo, o Portal MEC (2015), no ano que foi criado o PNAES, recebeu um investimento de R\$ 125,3 milhões, no ano seguinte em 2009 foram R\$ 203,3 milhões, ou seja quase o dobro dos valores do ano anterior, os investimentos foram direcionados no orçamento das IFES. Em 2010 a previsão seria de R\$ 304 milhões, atualmente os investimentos desde que foi criado entre 2008 a 2012 foi de um bilhão, parece muito, mas ainda é insuficiente devido a procura pelo acesso aos programas de assistência estudantil.

O próprio MEC ressalta, que é através da assistência estudantil que os estudantes de baixa renda conseguem se manter estudando nas universidades federais e estaduais e nos institutos federais, mas isso remete um olhar mais apurado nesse discurso, porque nem todos que necessitam conseguem acessar os programas de assistência estudantil, pela escassez de recursos investidos nesses programas, ocorrendo a falta de vagas que contemplem as demandas da procura.

Portanto, as igualdades de oportunidades nesse caso ficam comprometidas porque não tem vagas para todos que necessitam, isso termina impactando nos resultados e metas que a política de assistência estudantil se destina, sendo essa a permanência dos estudantes até a conclusão nos cursos, além do mais muitos estudantes de baixa renda, por não conseguir o acesso ao programa, terminam trancando os cursos, ou até mesmo evadindo.

O próprio PNAES salienta que o acesso aos diferentes auxílios aos estudantes, como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte entre outros, estão pautados na renda percapita familiar de até um salário mínimo e meio, nesse contexto deveria ser incluídas um número maior de estudantes. Apesar do MEC anunciar em entrevista com o Ministro da educação Fernando Haddad (2013), que foram repassados mais de R\$ 603.787,226 milhões para as instituições federais em 2013 a 2014, na atualidade ultrapassa 1 bilhão, no gráfico abaixo visualizamos a evolução dos recursos até 2013. (MEC, 2016).

Gráfico 1 - Evolução dos recursos do PNAES de 2008 a 2013



Fonte: Portal MEC (2013)

3.3 O PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA E PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

O Governo Federal criou o Programa de Bolsa de Permanência estudantil em 2013, através do Ministério da Educação, visando conceder um auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de ensino superior, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, abrangendo para estudantes indígenas e quilombolas que recebem valores maiores, por levar em conta outras questões sociais inerentes. O programa leva em conta o desempenho acadêmico do estudante, baseado nas obrigações como bolsista respeitar todas as condições previstas nos regulamentos. A vantagem nesse programa é a de ser acumulável com outras modalidades de Bolsas acadêmicas, a exemplo do Programa Institucional de Bolsas Científicas (PIBIC), que aproxima o estudante com o mundo da pesquisa científica dentro das universidades, porém com poucas vagas.

O objetivo dessas bolsas são viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, reduzir custos de manutenção de vagas desocupadas em decorrência de evasão estudantil, promovendo a democratização do acesso ao ensino público de qualidade (MEC, 2016).

Dessa forma o Plano de Desenvolvimento da Educação, em seu documento normativo, parte do princípio de que o Estado tem o dever e responsabilização, através das políticas sociais voltadas para educação, de desempenhar, atender e

apoiar as famílias em vulnerabilidade social e facilitar o acesso e a permanência dos estudantes oriundos dessas famílias de permanecer estudando.

O Plano foi criado em 24 de abril de 2007, pelo Decreto nº 6.094, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad buscou-se sistematizar e ordenar a educação, território e desenvolvimento, sendo dividido em cinco eixos: educação básica, superior, profissional, alfabetização e diversidade. Visando ampliar a qualidade da educação e o aumento de oportunidades educacionais. Segundo o Ministério da Educação, acerca do Plano de Desenvolvimento da Educação, em seu Estatuto (2007, p. 5):

Garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade. (PDE, 2007).

Portanto, o Plano de Desenvolvimento da Educação traz a concepção de educação inspirada e almejada pela sociedade, trazendo em seu propósito, significados maiores que uma simples formação profissional, ela perpassa os indicativos que estruturam o reconhecimento que, através da educação se constrói um instrumental que viabiliza a construção de uma identidade social, crítica de formadores de opinião, de seres pensantes, conscientes de si e dos outros, pautada na equidade e na transformação da sociedade.

As recentes Políticas voltadas para o ensino público de qualidade oferecidas pelo Estado, cujo ingresso é via políticas de cotas, Enem e SISU contribuíram para o acesso dos estudantes que estão em desigualdade social tanto nas universidades públicas como nos institutos federais de educação. Sendo reforçado os direitos e o acesso a partir dos investimentos do Plano Nacional de Educação, lançado e aprovado em 25 de Junho de 2014, pela Lei Nº 13.005, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, no qual as metas e os investimentos teria vigência de dez anos, sendo baseadas, pelas pesquisas elaboradas pela PNAD, através da avaliação dos resultados dos censos demográficos regionais e nacionais da educação básica e superior.

Nesse contexto, o FONAPRACE elaborou uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos estudantes das Instituições Federais em 2004 visando uma

melhor elaboração dos projetos e programas que seriam desenvolvidos pelas instituições, e o resultado da pesquisa verificou que a maioria dos estudantes procura as IFES pela gratuidade e qualidade do ensino e na sua maioria são de famílias de baixa renda, requerendo uma atenção maior das políticas de assistência estudantil.

Portanto, uma educação com qualidade social contempla e recomenda uma democratização do acesso e garantia de permanência dos estudantes sem recursos, vindos de famílias chefiadas por mulheres, que na maioria das vezes não tem recursos financeiros para manter os filhos estudando. Nas instituições federais essa questão ocorre em todos os níveis e modalidades de ensino profissional.

Muitas vezes o grande segredo do ensino gratuito de qualidade se dá pelo fato de ser um atributo de qualidade social, que até a pouco tempo não poderia ser acessado por todos. No entanto, graças aos movimentos reivindicatórios por ampliação das políticas na área da educação, tanto por parte dos estudantes como da classe trabalhadora em geral, a realidade agora é outra, mesmo com as ameaças das privatizações das instituições públicas de ensino, a procura por esses espaços de aprendizado se tornou uma das opções para as famílias.

3.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFBA

Política de Assistência Estudantil, é financiado pelo Governo Federal, em consonância com a Constituição Federal/88 no Art. 205 “[...] a educação é direito de todos e dever do Estado”, tendo a família como parceira e 206, onde se reitera tanto o direito a educação como a permanência na escola, sendo reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através da Lei 8069/90 fortalecida pela LDB 9.394/96, tendo como finalidade formar os sujeitos para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania.

Com o fortalecimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) visando apoiar a permanência de estudantes em risco de vulnerabilidade social matriculados nos cursos técnicos e de graduação das instituições federais de ensino superior, como já mencionado acima.

O plano foi destinado a viabilizar o acesso a igualdade entre os estudantes, contribuindo para seu desempenho e aprendizado, oferecendo suporte para moradia, alimentação, transporte, saúde, cultura, esporte, apoio pedagógico, entre outros.

Todas as ações e planejamento são executados pelas instituições de ensino, com alguns critérios de seleção que compete ao serviço social avaliar, levando em conta a realidade de cada instituição, ou seja, os recursos disponíveis destinados aos Programas. (MEC, 2016)

No IFBA, Política de Assistência Estudantil é dividida em três modalidades: Programas Universais, voltados para todos os alunos matriculados no IFBA, sem critérios de seleção socioeconômicas ou meritocráticos.

Programas Complementares, destinado a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, devendo a sua participação estar condicionada a questões socioeconômicas ou meritocráticas. Programa de Assistência E Apoio ao Estudante (PAAE). Este composto por cinco auxílios financeiros: alimentação, moradia, aquisição, transporte 20% e 30 %, 02 Bolsas de Incentivo ao Aprendizado (Pina) e a Bolsa Estudo (BE) no valor de meio salário mínimo, destinado a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social.

A participação em processos de seleção socioeconômica é obrigatória para o acesso, cabendo ao Serviço Social exclusivamente desenvolver as ações de seleção, podendo inseri-los, de acordo com sua demanda em uma das modalidades de Bolsas e Auxílios, podendo também conciliar duas modalidades, ou seja uma Bolsa e um Auxílio a depender do grau da vulnerabilidade do estudante.

Após preencher um formulário e junto anexar cópias de documentos de todos os familiares que residem junto com o estudante, após a seleção o estudante participa de uma entrevista social, para esclarecimento sobre o PAAE. Esse Programa é voltado para estudantes que comprovem vulnerabilidade socioeconômica. Os demais não são necessários a comprovação, como é o caso do Auxílio cópia e impressão no qual todos têm direito independente de processo seletivo.

Os recursos financeiros destinados ao PAAE do IFBA são divididos da seguinte forma: 75% dos recursos utilizados no Programa de Assistência e Apoio ao Estudante - PAAE para alunos em vulnerabilidade socioeconômica e 25% nos Programas Universais destinado a todos estudantes, independente da condição socioeconômica na qual são desenvolvidas ações, relacionadas a programas que contemplem a Educação para Diversidade, atenção as pessoas com Necessidades Especiais, Assistência á saúde, Acompanhamento Psicológico, acompanhamento Pedagógico, Acompanhamento Social, Educação Física e Lazer, Educação Artística

e Cultural, Incentivo a Formação da Cidadania e Assistência a Viagens, e os Programas complementares que desenvolvem ações específicas nas quais a participação dos estudantes deverá está condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas.

Cada programa atende a critérios específicos, no qual são geridos por setores competentes, sendo o PAAE, administrado pelo Serviço Social. (IFBA, 2017).

O Serviço Social do IFBA é responsável pela gestão do programa, tem o compromisso não só de inserir o estudante, mas de acompanhar todo seu desenvolvimento escolar. O Art. 180 do Documento Normativo da Política prevê que a Gestão Central junto com as Gestões da Assistência Estudantil criem fóruns permanentes de Assistência Estudantil em cada campus, de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, objetivando garantir a participação de toda comunidade do IFBA no desenvolvimento da Política. Apesar da Normativa indicar essa possibilidade de gestão democrática participativa envolvendo a família dos estudantes na Política de Assistência Estudantil, através dos Fóruns, não foi percebida a participação dos pais, no IFBA/Simões Filho, durante o período de estágio da pesquisadora.

Quanto a Assistência Estudantil o ART. 179 prevê:

- VII realizar, junto aos campi, estudos e pesquisas para conhecer a realidade social da população atendidas em seus diversos aspectos visando a melhoria da política de Assistência estudantil;
- IX articular a Política de Assistência estudantil do IFBA com as políticas sociais visando garantir um acompanhamento integral ao estudante;
- XI socializar a Política de Assistência estudantil com a comunidade do IFBA reafirmando a sua concepção enquanto direito social;
- XII incentivar a promoção de espaços de avaliação da Política de Assistência estudantil nos campi, fomentando a co-participação da comunidade do IFBA e a família dos estudantes. (IFBA, 2017, p.29)

De acordo com o Documento Normativo que compõe a Política de Assistência Estudantil do IFBA, salienta e assegura a participação da família na melhoria da política, assim como sua inclusão como um direito de participar como sujeitos sociais, sendo obrigação dos gestores frente as instituições, promover ações concretas de acesso ao direito e a gestão democrática e participativa dos sujeitos sociais.

O perfil dos estudantes do IFBA/Simões Filho, são adolescentes entre 14 e 17 anos, provenientes de escola pública, na sua maioria negros, pertencentes a

famílias monoparentais femininas, com renda entre um salário mínimo, ou renda informal, ou seja, insuficiente para manutenção das necessidades básicas, estando assim em situação de risco social.

O gráfico abaixo traçou simbolicamente o perfil social dos estudantes inseridos no Programa pertencentes família núcleo e família monoparental feminina, no universo de 319 famílias, sendo 164 monoparental feminina, 155 de famílias nucleares. O restante dos estudantes em torno de 52, não estão incluídos na pesquisa, pois são estudantes com conjuge e adultos na faixa etária entre 23 a 35 anos, com outro perfil social.

Gráfico 2 - Perfil social dos Estudantes e das Famílias do PAAE



Fonte: própria da pesquisadora

No Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil, Capítulo VII, Art.122, estabelece em uma das resoluções do programa de acompanhamento social dos estudantes e elege a participação também das famílias no contexto da escola, levando em consideração as circunstâncias socioeconômicos destas. Por assim dizer, podemos fortalecer a cidadania dos grupos em risco social lançando um olhar mais apurado na própria política, na qual prevê a junção de uma Bolsa e um auxílio para casos em que a vulnerabilidade é mais acentuada.

IV-Promover a integração e participação da família dos estudantes no contexto acadêmico;

VI- realizar pesquisas socioeconômicas identificando fatores sociais, econômicos e culturais presentes nas relações sociais dos

estudantes que interferem no seu processo de aprendizagem e propor alternativas de enfrentamento; (BRASIL, 1993)

Os profissionais de serviço Social terão autonomia para criar proposta de trabalho que não estejam previstas expressamente na Política, mas que não contrariem suas diretrizes e visem ao desenvolvimento do estudante. (Documento Normativo, 2017, p.20).

Torna-se mais evidente, sem ultrapassar as diretrizes institucionais, seguindo uma proposta de trabalho para além da Política, uma dessas propostas poderá ser uma aproximação e acompanhamento das famílias chefiadas por mulheres usando o próprio suporte do programa e suas normativas.

Outro contexto que reafirma a importância de um apoio maior aos arranjos familiares, nesse caso, especificamente a monoparentalidade feminina, quanto à inscrição/seleção do estudante do PAAE, deve ser levado como parâmetro a Normativa da Política, esta é muito clara em destacar também no Art. 6º:

- b) Contexto das relações familiares, no que tange ao arranjo familiar, números de membros, situação de violência, conflitos familiares e processos judiciais, dentre outros;
- c) Situação habitacional, referente a estrutura, localização, financiamentos, dentre outros;
- d) Participação em Programas Sociais do Governo e serviços socioassistenciais;
- e) Situação que afete a saúde do estudante ou membro (s) da família, comprovadas por meio de atestados médicos, bem como comprovantes de despesas com medicamentos, exames e consultas. (IFBA, 2017, p.10).

Nesse caso, o Assistente Social na área da educação, poderá contribuir para um envolvimento mais profundo, quanto ao acesso da cidadania nas mais variadas formas de relações que envolve a família no espaço escolar, não só na gestão da Política Estudantil, mas se estender para além disso, criando possibilidades emancipatórias ao exercício da cidadania com estratégias de ação profissional para além do institucional. Para Iamamoto (2014), o profissional é tido como um participante, com poder de decisão e, dessa forma, poderá formar democraticamente sua gestão frente políticas e programas socializando informações, alargando canais que possam contribuir para dar voz e poder a sociedade civil, nesse caso para as famílias do estudantes.

3.5 BREVE HISTÓRICO SOBRE O IFBA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), criado pela Lei nº 11.892/2008, e resultado das mudanças promovidas no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA). Antes, Escola de Aprendizizes Artífices, na cidade de Salvador em 1910 a 1926, pelo Decreto 7.566, distribuídos como escolas de artes e ofícios, oferecendo cursos na área de Alfaiataria, Encadernação, Sapataria, Marcenária entre outros.

Esses cursos contemplavam às exigências do mercado de trabalho daquela época, a escola passou por várias mudanças no ano de 1971 a 1975, incluído novos cursos voltados para área industrial, devido às transformações que estavam ocorrendo naquele momento histórico de desenvolvimento da industrialização no país.

Passou por vários nomes, Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), depois Centro Federal de Educação da Bahia (CEFET), Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC-BA), por fim Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFBA). Portanto, a instituição possui existência há mais de cem anos, oferecendo cursos técnicos voltados para área da indústria, e cursos superiores, o que o compara com as universidades.

O Instituto possui estruturas diversas, oferecendo os cursos em três níveis: básico, médio, superior, sendo distribuídos em formações Tecnológicas, Bacharelados e licenciaturas, possui ainda pós-graduação, e vários grupos de pesquisas e projetos de extensão, voltados a atender demandas sociais. Após a expansão da Rede Ferroviária de Educação Profissional Científica Tecnológica da Bahia (CENTEC) -BA, foram criados ao longo dos anos, 16 campus, 5 núcleos avançados localizados nas cidades de: Barreiras, Camaçari, Dias D'Ávila, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Euclides da Cunha e Juazeiro, Porto Seguro, Salvador, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Simões Filho, Valença, Vitória da Conquista, Brumado e Seabra. O IFBA possui parcerias com empresas particulares e outros órgãos governamentais, assim como a administração de cursos vinculados a programas do próprio MEC.

Assim, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, (LDB) 9.394, é aprovada e, no ano seguinte, o Decreto 2.208 regulamenta em seu artigo

tratando especificamente da educação profissional estabelecendo mais autonomia para os Institutos Federais voltados para formação em cursos técnicos.

A chamada “Reforma da Educação Profissional” é inserida dentro das políticas voltadas para área da educação, mais tarde ganhando reforço pela criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2007 a 2008. Os recursos que mantêm o Programa de Assistência Estudantil e outras despesas institucionais são provenientes do MEC, que por sua vez são redistribuídos para todos os Campus, através da intermediação da Reitoria do IFBA de Salvador, que repassa para o Campus nesse caso o de Simões Filho, esse por sua vez concentra um Diretor como responsável pela administração dessa unidade (IFBA, 2017).

3.5.1 O IFBA Campus Simões Filho, para além do instituto

O IFBA, Campus Simões Filho oferece educação profissional de qualidade, voltadas para 950 alunos, divididos nos cursos integrados (diurnos) e subsequentes (Noturnos). Possui em seu quadro mais de 60 docentes, 44 técnicos administrativos, 02 Assistentes Sociais e 45 funcionários terceirizados. Não pude deixar de perceber, que mesmo com toda a precariedade que envolve o modelo de trabalho terceirizado no Brasil, as relações desses trabalhadores com a instituição é bastante dinâmica, são atenciosos, competentes e responsáveis. No entanto, poderia haver por parte da instituição, uma atenção maior para com esses profissionais quanto a conscientizar e mostrar aos trabalhadores que eles também podem e devem usufruir do espaço, não como agente de prestação de serviços, e sim, como usuários do espaço em sua totalidade através da oferta de projetos institucional direcionadas para esse público alvo.

Quanto aos cursos oferecidos no instituto atualmente são: Eletromecânica, Mecânica, Metalurgia, Petróleo e Gás (PGN), além de Licenciatura em Eletromecânica. Alguns cursos do PRONATEC. Quanto ao espaço físico é bastante amplo, no qual, funcionam, laboratórios, salas de aula, Auditório, Biblioteca, Anfiteatro, esses espaços estão divididos entre os quatro pavilhões existentes. Oferece merenda escolar para os estudantes. Os recursos que mantêm o programa de assistência estudantil, e a manutenção da Instituição, são recebidos por intermediação da Reitoria do IFBA de Salvador, que repassa para o Campus Simões

Filho, esse por sua vez possui cerca de 850 estudantes nos cursos integrados, (diurnos) e subsequentes dos cursos (noturnos). (IFBA, 2017).

Além de um significado patrimônio material, o IFBA de Simões Filho possui uma riquíssima reserva ambiental, formado por uma imensa área verde bem preservada, com várias espécies de animais e plantas da mata nativa, existem também uma variedade de aves em risco de extinção que estão abrigadas na APA. Nesse local encontra-se a nascente bem protegida do Rio Joanes-Ipitanga, responsável por cerca de 40% de toda água potável consumida na Região Metropolitana e de Salvador. O local é um patrimônio natural de rara beleza, que precisa ser conservado e protegido para que as gerações futuras possam usufruir de um espaço tão importante. Esse espaço de preservação ambiental, também recebe a visita de pesquisadores e estudantes de outras instituições.

Segundo registros nos documentos da instituição, por volta de 2010 o IFBA conseguiu formar um Conselho Deliberativo, no qual ficou responsável para cuidar das demandas relacionadas a APA. Após a criação de um Conselho, no qual várias ações foram implementadas visando recuperar a degradação da área, o espaço foi cercado com intuito de evitar a destruição ambiental.

Para isso foi necessário promover fiscalizações periódicas, pois até então o local era muito vulnerável, com a retirada ilegal de areia, plantas nativas e caça de alguns animais em extinção em sua área remanescente de Mata Atlântica. O IFBA, também realiza projetos e várias parcerias com empresas particulares, conscientiza sobre a importância do local junto as comunidades em torno do campus, estabelece também parcerias com a prefeitura do município e outros órgãos governamentais que tenham interesses em oferecer serviços, ou simplesmente conhecer e contribuir na preservação do espaço, essa parceria também contempla empresas particulares.

3.6 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O SERVIÇO SOCIAL

O Brasil nas últimas décadas passou por grandes transformações, econômicas, culturais, educacionais e sociais até chegarmos a atualidade, deixando para trás uma sociedade mantida pela predominância agrária do início da sua história, tornando-se uma sociedade urbana marcada pela economia da indústria e conseqüentemente complementada pelo setor de serviços. Entende-se que nos processos de transformação do país, o Serviço Social esteve presente participando

e contribuindo para o desenvolvimento dos valores de liberdade e democráticos no espaço escolar.

Assim, para Martins (2012) basicamente houve três processos que contribuíram para marcar a presença do Serviço Social na escola, o primeiro foi o processo de democratização da educação, esse reconhecido pelo Estado como um direito social, após a Constituição/88.

O segundo, foi a prestação dos serviços socioassistenciais e socioeducativos, que ocorreram através das políticas e programas da área da educação e por, último a articulação da política de educação em conjunto com outras políticas que exigem a participação e permanência de um profissional crítico, criativo, avaliativo, com conhecimentos diversificados na escola, para administrar as políticas destinadas a educação.

Portanto, o ambiente escolar público, é um campo de sociabilidade permeado por uma diversidade de expressões da questão social, devemos considerar que a contribuição que o Serviço Social poderá oferecer através da atuação profissional, no espaço educacional, é sem dúvida um olhar crítico capaz de indentificar os processos sociais, culturais e econômicos, que determinam os fatores das desigualdades e da exclusão que acomete os estudantes e suas famílias, ao qual fazem parte, colaborando para emancipação social desses.

Outra contribuição que o Serviço social na escola poderá efetivar é elaborar e articular o acesso a políticas sociais de outros espaços ocupacionais, através de encaminhamentos, visando assim, uma intervenção com maior potencialização nos seus efeitos. No entanto, é importante salientar que, a política na área da educação é uma forma estratégica do Estado a favor do capitalismo, por essa razão torna-se um espaço contraditório, de lutas e embates estabelecendo uma correlação de forças de acordo com mudanças e exigências na sociedade que vão se legitimando conforme a sociedade se desenvolve, se contrapondo contra os desmandos do sistema capitalista. (MARTINS, 2012, p. 12)

3.7 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO IFBA

O trabalho do Serviço Social na área da educação, segundo o (ALMEIDA, 2001), se deu a partir da década de 1930, desde a história da implementação da profissão no Brasil, sendo fortalecida com a constituição de 1988, no qual o Estado,

passa assegurar os direitos sociais, incluído a educação, assim, houve um fortalecimento desses direitos após a LDB de 1996, articulando com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sendo intensificada a atuação na década de 1990, junto ao projeto ético-político, a partir desse momento a profissão ganha um aumento significativo da presença de Assistentes Sociais na área da educação, no qual as atribuições inerentes a atividade profissional foram estabelecidas nos Artigos IV-Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e riqueza socialmente produzida. V- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Através da Lei 8.662/1993, a partir dessa Lei se objetiva toda ação profissional (ALMEIDA, 2001, p 23).

Com a entrada dos assistentes sociais na área da educação, ganhou centralidade no exercício democrático da profissão desvelando que a escola é um espaço que tem função social, portanto o trabalho profissional é baseado na garantia dos direitos, na concretização de acesso a bens materiais, sociais e morais, além de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional, seguindo os princípios do Código de Ética profissional, no qual o posicionamento profissional será sempre a favor da equidade da justiça social e da liberdade. (CFESS, 2001). Segundo Teixeira (2012, p. 12):

A educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais. (CFESS, 2001)

Deste modo, compreende-se que a conquista por políticas na área da educação foi fruto de lutas dos trabalhadores junto com o Serviço Social, no qual a presença dos Assistentes Sociais tornou-se muito importante para viabilizar o acesso aos direitos. Sendo as atividades norteadas pelo Código de Ética que norteia a profissão nos espaços onde atuam. Segundo Teixeira (2011, p.25):

Deste modo, pensar a inserção dos assistentes sociais na área de educação nos coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e de permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital. (TEIXEIRA, 2011, p.25)

Nesse cenário, o Serviço Social passou a integrar o corpo de profissionais do IFBA no ano de 1994, no campus de Barreiras-BA, contando com uma profissional apenas. Ao longo dos anos outras profissionais foram inseridas de forma progressiva nos diversos campus, tanto em Salvador como nos municípios da Bahia. Atualmente dispõe de 22 profissionais no total geral. No campus de Simões Filho as primeiras assistentes sociais ingressaram nos anos de 2006 e 2008. Hoje o Campus Simões Filho conta com duas profissionais, que atuam diretamente com a administração e seleção do Programa PAAE. Esse por sua vez tem como objetivo contribuir para a permanência do aluno até a conclusão nos cursos.

Sendo o trabalho do Serviço Social, também direcionado ao atendimento às famílias dos estudantes, algumas vezes quando necessário são elaborados algumas visitas domiciliares e orientações para os pais dos estudantes, atuando assim, no enfrentamento de algumas situações de vulnerabilidade vividas pelas famílias. Outras vezes há atendimento aos professores, pedagogos e outros servidores quando precisam de apoio, além da supervisão de estágio tanto do ensino médio quanto do superior.

O Serviço Social fica localizado no Setor Psicossocial, do IFBA/Simões Filho, com atuação na área de Educação, composto por duas Assistentes Sociais, uma Psicóloga, duas Estagiárias de nível médio, três estagiárias de Serviço Social. A supervisão das estagiárias ocorre diretamente pelas Assistentes Sociais com supervisão mista todos os dias, sendo que cada uma supervisiona e é responsável por duas estagiárias.

O serviço social também promove atividades educacionais, com participação em eventos de interesses sociais e profissionais na instituição e fora dela, elabora projetos de pesquisa, para melhoria das demandas que chegam ao seu espaço de atuação, planeja, executa e seleciona todo o processo seletivo do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE). Dessa forma, fortalece a rede de acesso aos serviços sociais, no contexto sócio-institucional no qual são estabelecidos o

reconhecimento e ampliação dos direitos e a diminuição das desigualdades, buscando decifrar através das interlocuções, meios e formas de contribuir para emancipação social dos estudantes e das famílias.

Conforme Iamamoto (2014), o Serviço Social tem as expressões da questão social como base da sua gênese e nessa se especializa e organiza seu trabalho, gerindo as políticas via Estado, e no espaço escolar ocorrem várias demandas sociais que necessitam da intervenção profissional.

4 ACESSANDO E CONHECENDO AS FAMÍLIAS

4.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA

O presente trabalho foi elaborado utilizando alguns dados empíricos, baseados na percepção e observação, conceituando como fase exploratória, utilizando dados teóricos para dar consistência a pesquisa, foram realizados vários levantamentos bibliográficos em livros, artigos de autores reconhecidos, Documentos Normativos do próprio IFBA, sites do Governo Federal, a Constituição Brasileira e o Diário de Campo, que forneceram as informações pertinentes em conformidade com a relevância do assunto estudado.

No que condiz com os dados empíricos, foram coletados de acordo com a observação da própria realidade que nos foi apresentada, decidimos pesquisar a partir de algumas situações ocorridas no campo de estágio. Para GIL (2002), a escolha do método de pesquisa se torna o principal para a realização de um trabalho científico, no qual os procedimentos que o pesquisador escolhe irão facilitar a descrever, explicar e compreender os fenômenos que ocorrem na sociedade. O próprio autor acrescenta que os métodos da pesquisa científica são dois, o método quantitativo que se aplica a quantificação dos dados, através de várias técnicas estatísticas entre simples baseada em percentual, quantidade, etc. Já para pesquisa qualitativa essa baseia-se na busca de compreender a complexidade de determinados fenômenos, que ocorrem na sociedade, no qual se estabelece uma relação subjetiva entre o pesquisador e o objeto pesquisado, compreendendo os processos vividos por grupos sociais, nas suas formas de organização dentro das particularidades sociais e culturais dos indivíduos.

Reforça Minayo (2015), a pesquisa qualitativa está ligada em compreender as questões particulares relacionadas as Ciências Sociais, mostrando os aspectos subjuntivos relacionadas às motivações espontâneas das percepções buscando interpretar determinada realidade, porém nenhuma teoria consegue dar uma explicação precisa sobre todos os acontecimentos sociais.

Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos. O investigador separa, recorta determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexão sistemática entre eles. Teorias, portanto, são explicações parciais da realidade. Cumprem funções muito importantes. (MINAYO, 2015, p.17)

Dessa forma pretendemos para a abordagem da questão proposta na realização desta pesquisa, onde colaboramos para esclarecer melhor os objetivos da investigação, compreender em que medida o PAAE contribuiu efetivamente minimizar o enfrentamento da vulnerabilidade socioeconômica nas famílias monoparentais femininas dos estudantes assistidos, quanto a manutenção dos filhos na escola.

Optou-se pela metodologia qualitativa, concordado com Gil (2002), a abordagem qualitativa de um problema, além uma opção para o investigador, é justificada sobre tudo, por ser uma forma adequada para compreender a natureza de um fenômeno social, baseados em questões particulares que não podem ser quantificados, dessa forma, o pesquisador poderá evidenciar a subjetividade da realidade dentro das variáveis que a compõem.

Contudo, delimitamos o universo da pesquisa que foi investigado, as famílias monoparentais femininas, dos estudantes inseridos no Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, do IFBA Campus Simões Filho, no período de 2016. Diante desse universo, levantamos uma amostra aleatória de cinco mães, chefes das famílias monoparentais femininas, porém pela impossibilidade de tempo e outras questões de ordem pessoais, fizemos a entrevista com três, categorizada pelo instrumental da análise de alguns prontuários dos estudantes, pertencentes a esse modelo de família, e, refletindo sobre os relatos das respostas ocorridas durante as entrevistas sociais com os estudantes, escolhemos as entrevistadas.

Foram levados em consideração, a renda, profissão, situação de trabalho, etnia, condições e local de moradia, idade, escolaridade, a escolha pelo IFBA, percepções sobre o PAAE, se o Programa é eficiente quanto a permanência dos filhos na escola, se estão inseridas em outros Programas Sociais e como essas mulheres se reconhecem como chefe de família, entre outras questões que foram abordadas para compreensão e conhecimento da realidade. Buscando compreender com o resultado da pesquisa de que forma o Programa, contribuiu para a diminuição das desigualdades sociais que as atinge, se realmente interferem na realidade familiar, quanto a manter os filhos estudando no IFBA.

Logo, usamos a técnica de entrevista semiestruturada, com perguntas fechadas e abertas, permitindo ao informante responder livremente. No conceito de Richardson (1999), é uma técnica muito importante e consentida entre as partes envolvidas, que leva ao desenvolvimento de uma estreita relação entre duas pessoas sendo essa, uma forma de comunicação em que a informação é transmitida

entre o entrevistado e o entrevistador, com perguntas e respostas onde se procura saber como e porque algo ocorre.

O local das entrevistas foi realizado da seguinte forma: duas entrevistas na residência das entrevistadas, e uma no próprio IFBA/Simões Filho, com intuito de favorecer uma maior facilidade, comodidade e conforto das entrevistadas.

Assim, os instrumentos de coletas de dados utilizados na investigação deram-se através do uso de algumas técnicas, utilizando perguntas semiestruturadas, abertas e fechadas, com uso do gravador, tendo em vista que essa escolha justificou-se pelas facilidades de obter uma maior compreensão das respostas das entrevistadas, após as análises, com intuito de não deixar escapar detalhes importante contidas nas conversas. Possibilitando assim, compreender melhor a realidade, houve um esclarecimento por parte da pesquisadora e permissão prévia das entrevistadas, dessa forma a ação foi recoberta de cuidados e responsabilidades para com todas participantes.

Palalelamente foi firmado o Termo de Consentimento, o qual foi assinado pelas entrevistadas, e pela pesquisadora, explicitando os motivos e objetivos do trabalho e a livre participação das mesmas, sem promessa de ganhos ou de vantagens materiais para as entrevistadas.

Ressaltado a todas entrevistadas que a indentificação pessoal iria permanecer em sigilo absoluto, e se caso quisessem interromper a entrevista poderia assim o fazer. Logo após os esclarecimentos, o termo foi assinado pelas chefes de família e pela entrevistadora. As entrevistadas serão indentificadas no corpo da pesquisa com as iniciais do nome e alguns fragmentos das falas, classificadas como sendo chefe de família 1, 2 e 3 na apresentação do trabalho. Ressaltado que todo pesquisador deve dar um retorno dos resultados do trabalho para os sujeitos da pesquisa e disponibilizá-lo para futuras consultas de estudos.

4.2 PERFIL RESUMIDO DAS MULHERES RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS

CHEFE DE FAMÍLIA 1

I.P.S. tem 41 anos de idade, atualmente é diarista e mora em Salvador, em uma casa pequena cedida pelos avós junto com os três filhos adolescentes, reconhece-se de cor parda, de religião evangélica e frequentadora da igreja, é bastante sorridente e fala com naturalidade que se tornou chefe de família após o

marido sair de casa dizendo que ia trabalhar e não retornou ao lar. Relatou que o procurou por muitos anos, mas sem êxito. Daí sentiu que ela e os filhos estavam sozinhos e tinham que sobreviver; começou a trabalhar como doméstica para prover o sustento dos filhos e, sempre preocupada com a educação destes, ano passado conseguiu o Bolsa Família.

Quanto à questão do enfrentamento à vulnerabilidade socioeconômica da família, I.P.S. começou a trabalhar na esperança de modificar sua realidade e a dos filhos, compreendendo o trabalho precário como uma ação estratégica de sobrevivência, a renda sendo complementada com o programa de transferência de renda Bolsa Família e o subsídio de meio salário mínimo do PAAE, este último ela investe todo na manutenção da filha para os estudos.

CHEFE DE FAMÍLIA 2

R.C.C. reside em Simões Filho, tem 41 anos de idade, trabalhava como auxiliar de produção, desde que se separou do marido, mora em uma casa em construção, junto com a filha, reconhece-se de cor parda, é evangélica, gosta de ser voluntária em uma escola de crianças especiais e sonha em ver a casa pronta. Conta que recentemente perdeu o emprego. Antes, devido a um problema de saúde, teve que se afastar das atividades laborativas, ficou um período recebendo Auxílio Doença da Previdência Social. Teve alta médica, após um ano de retorno ao trabalho a empresa a demitiu, ela conseguiu comprar um carrinho de cachorro quente para trabalhar na pracinha próximo à casa. Não recebe Bolsa Família.

Quanto à questão do enfrentamento da vulnerabilidade socioeconômica, R.C.C. conta que estava recebendo o seguro desemprego, no valor de um salário mínimo e, na terceira parcela, preocupada por não achar um novo emprego, resolveu investir o dinheiro em um carrinho de cachorro quente, para o sustento dela e da filha, demonstrando assim, uma ação estratégica de sobrevivência, sua renda é complementada pelo subsídio recebido do PAAE, que usa para despesas referentes à escola e outras necessidades da filha.

CHEFE DE FAMÍLIA 3

M.O.M.C. tem 37 anos de idade, de religião católica, mas não praticante, autodeclarada de cor branca, possui ensino médio. Atualmente é vendedora informal de cosméticos e bijouterias, desde que se separou do marido. Antes, nunca havia

trabalhado, pois, se casou muito cedo, reside em Salvador, em uma casa própria com as duas filhas, a residência fica situada em um bairro distante da escola.

Quanto à questão do enfrentamento da vulnerabilidade socioeconômica, M.C.M.C. relata não receber o Bolsa Família, já tentou se inscrever várias vezes e não conseguiu. Somente através da venda de seus produtos consegue prover a casa, porém, em determinados meses não consegue suprir, devido às vendas serem insuficientes, ela termina usando uma parte do subsídio do PAAE, no valor de meio salário mínimo, para prover as despesas, demonstrando assim uma ação estratégica para sustento econômico da família, diante da renda insuficiente.

Tabela 1 - Perfil social das mães entrevistadas

PERFIL DAS MÃES			
PERFIL	C. FAMÍLIA 1	C. FAMÍLIA 2	C. FAMÍLIA 3
Nome Abreviado	I.P.S.	R.C.C.	M.O.M.C.
Idade	41	41	37
Etnia/Raça/Cor	Parda	Parda	Branca
Religião	Evangélica	Evangélica	Católica
Escolaridade	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio
Profissão/Ocupação	Doméstica/Diarista	Auxiliar de Produção	Vendedora Informal.
Renda	Salário Mínimo/Média	Salário Mínimo	Salário Mínimo/Média
Moradia/Condições	Própria/Usufruto	Própria	Própria

Fonte: Própria Pesquisadora

4.3 A MULHER CHEFE DE FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA E SUA AUTO REPRESENTAÇÃO

Quando se trata de definir um tipo de arranjo denominado família monoparental feminina, nota-se um crescimento desse modelo de família entre os grupos mais empobrecidos, conforme já constado nesta pesquisa. Vitale (2015) define essa

modalidade como domicílios em que vive um dos progenitores com os filhos que, por sua vez, dependem economicamente deste como provedor. Aqui, destacamos as mulheres chefes de famílias e únicas responsáveis pelo sustento da família, bem como responsáveis pelos cuidados da casa, da educação e dos cuidados com os filhos.

Uma das principais características desse modelo de família é que na maioria dos casos elas convivem com os filhos, mas há casos em que a monoparentalidade feminina envolve também a convivência com netos e sobrinhos.

Quando perguntado às entrevistadas sobre o que representa para elas ser mulher chefe de família e ter que se dividir entre a jornada de trabalho fora de casa, a educação dos filhos e a manutenção da família, em seu depoimento, I.P.S., de 41 anos responde que:

[...] é um papel assim, muito delicado, né? E, principalmente, quando a gente não só tem um filho...tem dois, três, a gente se dividir, cada um tem uma natureza, cada um tem uma opinião, cada um tem um querer, um gostar e a gente precisa suprir necessidades, estar sempre a ouvir cada um deles... não é um papel fácil...mas a gente tem que fazer, a gente tem que se virar pelos avessos. Ainda que agente fraqueje em determinado momento! A gente tem que tentar ser forte, por que não é fácil fazer esse papel de mãe e pai. Então, assim... pra mim é difícil, mas eu já me acostumei. Se um gás faltar, eu boto nas costas e vou buscar, não espero por ninguém. Por outro lado, ser chefe de família é um papel na sociedade, muito importante que não é para todos, nem para muitos...é eu acho e, esse pouco é que faz a diferença. (I.P.S.)

Esse depoimento exterioriza o auto reconhecimento de toda responsabilidade pela família, em paralelo, a difícil jornada que a mulher enfrenta para dar conta e suprir as necessidades básicas do lar sozinha, apoiando e fortalecendo os filhos através do carinho e da atenção, levando em conta que cada filho tem uma personalidade diferente do outros e deve ser visto de forma diferenciada, mesmo que em algumas vezes esteja enfraquecida, ela se vê na obrigação de mostrar força e não se permite abater, ela reconhece o seu potencial e importância na sociedade.

Vejamos o depoimento de R.C.C., também com 41 anos, que explica:

Olha eu sou a favor da mulher que luta pelo seus direitos e seus deveres, e que corre atrás entendeu! Não é fácil, é uma luta é uma barra...eu bem sei disso...sempre foi eu e ela sozinhas, eu sou um exemplo disso de ser mãe e pai, a mãe é capaz sim de resolver a vida dela. É difícil ter que se dividir para acompanhar seu filho adolescente, porque você está no trabalho e não sabe o que seu filho está fazendo, quando chega da escola, aí você chega a noite... talvez você encontre ela em casa ou talvez não encontre, porque a

filha já está na rua, depois da escola, como já aconteceu comigo várias vezes... e você fica no trabalho pensando, assim... meu Deus...se estiver na escola você fica tranquila porque você sabe que está na escola... e quando não está você fica onde é que está? Tá fazendo o quê? É preocupante, mas você tem que enfrentar, né? (R.C.C.)

É notório perceber que R.C.C. se auto reconhece como chefe de família, defende que a mulher deve ter consciência dos seus direitos, deve ser independente, devendo lutar para que essas questões expressas relacionadas a insegurança não se concretizem, dentro de uma realidade complexa entre ser mulher chefe de família e lidar com a fase da adolescência da filha. Mesmo acreditando que no espaço escolar a filha estará segura, não consegue ficar no trabalho despreocupada, permanece tensa, pois não tem certeza se a filha está mesmo na escola, em casa ou na rua, devido a situações ocorridas anteriormente no ambiente familiar, o que gera preocupação, medo e insegurança.

Vejamos o depoimento de M.O.M.C., de 37 anos:

Olha! Para mim foi meio difícil no início, é tanto que eu nunca trabalhei, eu nem tenho carteira de trabalho, logo quando casei meu ex marido foi acidentado, eu tinha dezoito anos na época, ficava cuidando dele e logo acabei engravidando e tendo a primeira filha, eu parei os estudos... e nunca trabalhei, agora que estou me virando, porque faz seis anos que me separei. Eu sinto orgulho por essa conquista de estar me virando para conseguir as coisas e sustentando minha família com o meu trabalho, apesar das dificuldades, eu me sinto vitoriosa porque não preciso ficar me humilhando. Minhas filhas estudam em uma boa escola, são tranquilas, rrr não me dão trabalho. Acompanho o desenvolvimento escolar delas, na certeza que se formarão e vão trabalhar. Quando as coisas ficam difícil aqui em casa, eu falo com elas que usarei o dinheiro do PAAE para pagar as contas, e elas compreendem, elas me ajudam muito. (M.O.M.C)

Para a entrevistada não é fácil ser mulher chefe de família e ter que se dividir entre o trabalho e a família. No depoimento acima percebe-se a questão do “cuidar” designado às mulheres culturalmente, dessa forma, estas terminam deixando alguns planos de vida para trás, dedicando-se exclusivamente aos afazeres domésticos, ao marido e filhos. Porém, a partir das mudanças que ocorrem em suas vidas, a partir da separação, o recomeço traz inicialmente incerteza, que aos poucos é superada e elas passam a demonstrar força, capacidade, autonomia, passam a rever a vida de outras formas e se reconstróem, impelidas pela necessidade de prover a própria sobrevivência e a dos filhos, conta com o apoio das filhas.

Nesse sentido, concordamos com Vitale (2015), que as mulheres, ao longo do tempo, ganharam mais independência, tornando-se autônomas, capazes de desenvolver potenciais que nem mesmo elas conseguiam prever diante do enfrentamento das muitas questões que ocorrem e se expressam no âmbito familiar da monoparentalidade.

4.4 DESAFIOS PARA PROVER O GRUPO FAMILIAR

Para Sarti (2015), torna-se necessário entender tanto como a família está definida quanto possuir uma compreensão ampliada dos seus problemas, aliada às suas necessidades, aos desejos, quais os recursos que estão disponíveis, pois, nem sempre encontram respostas que desejam entre as oportunidades de trabalho para suprir suas necessidades básicas e, em paralelo, é preciso conhecer qual o suporte que o Estado, através das políticas sociais, poderá lhes oferecer. Podemos refletir que é nos domicílios da monoparentalidade feminina que se encontra uma forma mais justa e mais democrática de redistribuição de recursos entre os membros, porque os gastos na satisfação das necessidades básicas são pensadas em prol do bem estar do grupo familiar e não na satisfação individualizadas dos membros. Nesse contexto, as chefes de famílias I.P.S., R.C.C e M.O.M.C. estão incluídas, pois toda renda que conseguem distribuem com os membros, ou seja, os filhos, que por sua vez, também compartilham os recursos recebidos por meio das Bolsas.

Vejamos o depoimento de I.P.S. quando perguntada sobre o que faz para prover o sustento da sua família e quais as dificuldades enfrentadas:

Eu corro atrás, né?! rsss...tenho que estar sempre procurando diária e procurando fazer bicos, para poder me manter... não é fácil achar, mas se ficar parada é pior, a dificuldade maior é encontrar o trabalho para eu estar podendo fazer por eles, meus filhos, né?...eles não estão trabalhando, só estudam, tem que ser eu e pronto, rsss.
(I.P.S.)

Podemos observar em seu depoimento que a incerteza da precarização do trabalho instável a deixa constantemente preocupada quanto a não ter condições de manter e prover a família, isso denota uma busca por novas oportunidades de trabalho e preocupação em manter os filhos na escola.

Vejamos o que diz R.C.C.sobre essa questão:

Anteriormente eu estava trabalhando e mantinha o sustento da casa com mais facilidade, rsss... dava para sobreviver, porque recebia

como auxiliar de produção, tinha meu salário certo todo mês, mas há quatro meses fiquei desempregada e estava recebendo seguro desemprego, agora já está terminando, mas eu me viro, tenho um carrinho de cachorro quente, ... rsss, tenho uma fritadeira de acarajé... que coloco em eventos, sempre assim, estou procurando me virar, não fico parada. A dificuldade maior é quando eu tenho que retirar o dinheiro das despesas de casa para recarregar o cartão do transporte dela para a escola quando o PAAE atrasa. (R.C.C.)

Podemos observar nesse depoimento que a entrevistada, após a perda do seu posto de trabalho estável, passa a realizar atividades informais, os chamados “bicos” e, sofre algumas mudanças no âmbito socioeconômico que impactaram na renda e, conseqüentemente, dificultaram o suprimento de despesas extras da sua família, pois a renda auferida nem sempre é suficiente. Vejamos o depoimento de M.O.M.C.:

[...] tenho que me virar muito para vender os produtos e pagar as contas. Tem mês que vendo mais cosméticos, em outro vendo mais bijouterias, as meninas levam alguns produtos para escola e algumas vezes revende, outras vezes não. Quando o dinheiro do PAAE saí é um alívio, porque dá para suprir algumas coisa que falta, mas deixo uma parte para recarregar o cartão de passagem dela, comprar um lanche, minha maior dificuldade é o gasto com o transporte para chegar até escola.

Nesse depoimento podemos observar, que a entrevistada, assim como R.C.C, usa o benefício do PAAE para além do seu propósito, ou seja, ela divide o subsídio para suprir algumas despesas da casa quando necessário. Ambas as mães controlam e reduzem despesas, a fim de garantir recursos para pagar o cartão da passagem para a escola e o lanche, de modo a garantir a permanência das filhas na escola. Outra estratégia adotada pela família de M.O.M.C. é a ajuda das filhas na revenda de cosméticos em suas respectivas escolas.

Cabe reforçar que M.O.M.C. possui outra filha estudando em escola pública diferente, essa questão denota a necessidade de refletirmos que a política de assistência estudantil deveria contemplar outros espaços escolares públicos, não só os das esferas federais. Contudo, percebe-se que essa questão fere o princípio da igualdade de acesso à educação, nesse caso específico, as escolas estaduais e municipais públicas não são beneficiadas com programas de permanência e assistência estudantil, quando também deveriam ser, já que o acesso à educação “é um direito de todos”.

4.5 A BUSCA PELO IFBA

O IFBA em Simões Filho foi criado pela Lei nº 11.892/2008, sendo resultado das mudanças providas no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, como já mencionado anteriormente. Em seus princípios a instituição ressalta a missão de promover a formação do cidadão histórico crítico através do ensino, pesquisa e extensão com qualidade e referencial.

No entanto sabemos que no Brasil a educação de qualidade sempre esteve reservada a uma parte da elite espaço de privilégio para poucos ocupar, e no IFBA não foi diferente. Em 1996 após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9.394, a educação começa a se expandir, ganhando reforço com o PNAES em 2007. Dessa forma o acesso a e permanência de estudantes com poucas oportunidades foram aumentando passando a ser cada vez mais acessível. É evidente que essa inclusão foi fruto das demandas provenientes da sociedade e das lutas dos trabalhadores, pelo direito a uma educação de qualidade.

Assim, perguntamos as mães se a escolha pelo IFBA teria sido delas ou dos filhos. Veja o depoimento de I.P.S.:

[...]foi da minha filha! ela falou... minha mãe eu vou fazer o IFBA esse ano. Com fé em Deus eu vou passar, eu sabia que o IFBA é uma ótima escola, mas muito longe de casa, minha filha só tinha 14 anos. Aí eu disse, meu Deus essa menina sozinha em Simões Filho. Daí fez a prova e passou fiquei feliz, porque foi o desejo do coração dela, ela está feliz e eu também, recebeu o resultado das provas e passou direto. (I.P.S.)

Esse olhar demonstra que a entrevistada, apesar de ter ficado receosa em deixar a filha estudar em outro município respeitou a liberdade de escolha da estudante, e ficou satisfeita em saber da importância que a educação de qualidade poderia proporcionar quanto a um futuro melhor através da formação profissional para a filha adolescente.

Vejamos o depoimento de R.C.C:

[...] foi da minha filha, dela mesma...ela ouviu falar do IFBA, e me disse que queria estudar lá, eu tinha boas informações sobre a escola, acho que é ótima escola. Antes do processo seletivo, eu matriculei ela no cursinho pré IFBA oferecido pela igreja católica, ela fez a prova e passou. Ela gosta da escola participa dos eventos de esportes, entre outras atividades. (R.C.C.)

Nesse depoimento podemos compreender, que a mãe incetivou a escola da filha, matriculando-a em um cursinho pré-vestibular, dessa forma as chances de conseguir a vaga na escola seria melhor, podemos perceber que tanto a mãe como a estudante, sentiram-se motivadas e possuem um entendimento da importância do ensino de qualidade para seu futuro.

Vejamos o depoimento de M. O. M. C. :

[...] eu falei com minha filha, aí ela decidiu ir mais do que eu. Foi uma decisão em conjunto, quase de comum acordo e ela concordou. Acho aqui uma ótima escola...com bons professores e apoio para os estudantes. (M.O.M.C.)

Nesse depoimento podemos perceber que, apesar da iniciativa da mãe quanto a escolha pelo IFBA, observa-se um respeito também quanto a decisão da filha, através do diálogo nota-se o reconhecimento que a escola possui uma boa estrutura, ao mesmo tempo compreende a educação como um processo mútuo e decisório que pode ser compartilhado em família.

4.6 O PAAE NO ORÇAMENTO DOMÉSTICO E ÀS PERCEPÇÕES PELAS CHEFES DE FAMÍLIAS

De acordo com o MEC (2017), a assistência estudantil garante permanência aos estudantes provenientes de família de baixa renda, através das ações do PNAES, permitindo ao estudante a permanência na escola e o acesso a igualdade de oportunidade através da assistência, a moradia, alimentação, saúde, inclusão digital, lazer, esporte, apoio pedagógico transporte. Todas essas ações devem ser executadas pela própria instituição, que gerencia os programas com recursos do próprio Ministério da Educação, mas tal realidade está longe do ideal da maioria dos estudantes que necessitam desse apoio, já que não há recursos suficientes que atenda as demandas, os recursos investidos são poucos, obrigando uma seletividade e não uma universalidade quanto ao acesso, dessa forma nem todos que necessitam conseguem.

No entanto para os estudantes de famílias monoparentais femininas que conseguem ter acesso, essas ações ganham significados e resultados para além do imaginário que a própria política não consegue prevê.

De acordo com os relatos das mães chefes dessas famílias, o PAAE é um subsídio financeiro que interfere no orçamento da família de forma significativa,

mesmo que esse não seja sua finalidade, mas garante uma certa autonomia e segurança quanto a melhoria das condições financeiras, estabelecendo um certo grau de desenvolvimento em prover e assegurar alimentação e transporte e outras necessidades imediatas, para permanência na escola.

São valores financeiros que elas recebem todo mês no período das aulas e sabem que poderão contar para manter os filhos na escola, seja carregando o cartão do transporte, o lanche, ou até mesmo pagando uma conta, comprando um botijão de gás ou pagando uma conta da casa, nos parece uma forma de enfrentar e minimizar a vulnerabilidade sócioeconômica dessas famílias interferindo de forma efetiva para permanência estudantil.

As mães salientam que o programa PAAE poderia melhorar quanto a ter uma data fixa de pagamento de preferência no início do mês, pois, dessa forma poderiam organizar melhor o orçamento e as despesas da casa, sabendo que em determinada data o subsídio estaria disponível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou conhecer às famílias monoparentais femininas dos estudantes assistidos pelo programa PAAE, compreendendo de que formas essas famílias se articulam para prover o sustento da casa e proporcionar uma educação de qualidade para os os filhos, observando como os subsídios financeiros recebidos pelos seus filhos adolescentes menores de idade e inseridos na política de assistência estudantil, de que forma o programa contribui para minimizar as desigualdades sociais partindo do contexto social no qual estão inseridas.

Foram analisados o perfil das mães responsáveis pelas famílias, observando a renda, profissão, condições de moradia, religião, etnia, idade, numeros de filhos, se estavam inseridas em algum programa de transferência de renda, os desafios enfrentados para prover a família, a auto representação como mulher chefe de família, a escolha pelo IFBA e por fim as percepções sobre o PAAE no orçamento doméstico.

Verificou-se na pesquisa como as provedoras se articulam para prover o sustento do seu lar, mesmo estando inseridas em trabalhos precarizados, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas, mas priorizam sempre a educação dos filhos. Foi possível averiguar que o programa ampliou algumas possibilidades de autonomia nas famílias quanto a administração dos recursos em prol da satisfação de todos os membros quando necessário.

Por outro lado, observamos através das informações que grande parte dos recursos recebidos são gastos com alimentação e transporte para os estudantes chegarem até a escola. No entanto, se houvesse a implementação de políticas sociais de gratuidade, em transporte público para estudantes de escolas públicas, e oriundos de família de baixa renda, os recursos da política de assistência estudantil poderia beneficiar os estudantes e as famílias em outras necessidades tão importante quanto a alimentação e transporte, como por exemplo usar os recursos para comprar bons livros, computadores, organizar um espaço na casa para estudar, lazer, viagens de intercâmbio para reforçar o conhecimento, entre outros.

Foi constatado que os subsídios recebidos contribuem no orçamento da casa como complemento de renda para satisfazer algumas necessidades emergentes, dessa forma a política de assistência estudantil, para essas famílias, ganharam significados para além do qual a política não consegue prevê. As mães reconhecem

a importância e a efetividade do programa ao relacionar que em determinados momentos usa os subsídios em benefício de todos os membros pertencentes ao grupo familiar, ao partilhar os valores financeiros recebidos do PAAE na complementação das despesas relacionadas a escola, com as despesas do lar.

Através da revisão bibliográfica, podemos verificar que o crescimento do empobrecimento nas famílias monoparentais femininas possui uma trajetória histórica, que começa a partir das transformações sociais impostas pelo sistema capitalista, impactando dentro e fora dos lares, obrigando a mulher a se dividir entre dar conta da sobrevivência, prover o sustento e a organização do lar e educar os filhos. Verificou-se também que as mães enfrentam muitas dificuldades não só materiais, como emocionais com a sobre carga das responsabilidades em busca da provisão da casa.

Verificou-se que o abandono, a viuvez, separação conjugal, opção, entre outros fatores, contribuíram para transformação do modelo familiar, não sendo possível classificar um modelo único. Na atualidade, o modelo de família monoparental feminino é o mais crescente. Notou-se que o Estado participa de algumas ações sobre as famílias em vulnerabilidade socioeconômica, através das políticas sociais de transferência de renda, ainda que focalizadas, delegando as mulheres a missão de administrar os recursos mínimos investidos na proteção dessas famílias, através da manutenção dos filhos na escola como condicionante de acesso e permanência.

São várias questões significativas e impactantes dentro dos escassos investimentos nas políticas sociais, que não garante os mínimos sociais de sobrevivência que as famílias precisam para se reproduzirem e dar educação de qualidade aos filhos, é preciso refletir que nos últimos anos as políticas sociais voltaram-se para crianças e adolescentes na família, principalmente após a Constituição de 1988 e após o Estatuto da Criança e do Adolescente, a implementação da LDB e do PNAES, portanto o direito é assegurado. Averiguamos também que o serviço Social exerce um papel importante no espaço escolar e na gestão das políticas.

A partir das análises dos dados coletados, foram constatados que as responsáveis pelas famílias, contam com os valores dos subsídios do PAAE como complemento do orçamento doméstico, já que a renda é insuficiente. Todas as entrevistadas são unânimes em ressaltar que a educação dos filhos e mantê-los na

escola é importante, se esforçam buscando por atividades remuneradas para prover o lar, e garantir a permanência desses na escola.

Contudo, a escola como um espaço de reprodução social das classes, deverá ser propositiva e contributiva, para mais além, deve ser capaz de preparar com senso crítico os indivíduos para a vida em sociedade. Nessa perspectiva, inclui trabalhar com grupos de famílias chefiadas por mulheres, por serem mais vulneráveis em sua maioria, dentro do contexto de inclusão, a fim de fortalecer a transformação da sociedade não somente com os estudantes, mas com suas famílias.

Comprovadamente, salientamos que o Estado, através de políticas públicas mais abrangentes, deve comprometer-se e garantir ações e serviços planejados que visem abarcar e reforçar a proteção social das famílias monoparentais empobrecidas. Compreende-se assumir outras questões de cunho social que se expressam no cotidiano das famílias e que foram desveladas nas falas das entrevistadas e na consulta bibliográfica, reforçando que a vulnerabilidade nas famílias necessita de uma capacidade suplementar, recursos para satisfação básica relativa as necessidades e os anseios.

Desta forma, algumas dimensões básicas das condições de vida e de acesso aos direitos e a cidadania das famílias poderão ser mínimamente garantidos e transformados em igualdade de oportunidades.

Logo, interpretar e compreender as condições de vida das famílias monoparentais femininas dos estudantes assistidos pelo programa PAAE do IFBA/Simões Filho, requer mais que uma compreensão em profundidade dos significados e da importância da assistência estudantil para elas, quanto a prover o sustento da lar e manter os filhos em uma educação de qualidade, requer adentrar em dimensões que não podemos abarcar em sua totalidade, demanda elaborar uma interpretação multidimensional sobre fenômenos impactantes que ocorrem no interior dessas famílias, envolvendo afetos, proteção, ausências, privações, partilhas, sonhos, desejos, superações, objetivos, lutas e realizações.

Na perspectiva, do alcance dos objetivos proposto pelo estudo, podemos dizer que alcançamos as respostas indagadas sobre o objetivo geral da pesquisa, que era conhecer de que forma as famílias conseguem se articular estrategicamente para

prover a sobrevivência e proporcionar uma educação de qualidade para os filhos, e qual a importância da política de assistências estudantil, e de que forma elas usam os subsídios com efetividade para minimizar o enfrentamento da vulnerabilidade socioeconômica no grupo familiar, e manter os filhos estudando. Em seguida se os subsídios contribuem no orçamento do lar, e como elas fazem uso desses subsídios. Em paralelo, podemos também conhecer o perfil social das provedoras e as condições de vida dos estudantes inseridos no programa PAAE.

Portanto, conhecer os processos subjuntivos, reais e materiais em que os atores sociais, vivem e se reproduzem socialmente é perceber que existem pontos negativos e positivos que envolvem políticas sociais públicas, educação, escola e família, que as mães entrevistadas precisam de uma maior atenção, considerando as transformações por que passa a economia no Brasil, levando as famílias monoparentais empobrecidas a experimentarem grandes dificuldades em relação à sua participação e inclusão em trabalhos formais com direitos garantidos e salário suficiente para manutenção dos seus dependentes.

Nesse contexto, uma atuação em conjunto com objetividade e igualdade de acesso aos direitos e à cidadania digna, parece-nos ser o melhor caminho para eliminação das desigualdades sociais e do livre acesso à cidadania.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço social na educação. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, v.3, n.6, p. 10-14, jan. 2000.

_____. O trabalho do/a assistente social na Política de Educação. In: CFESS. **Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação**. Brasília, DF: CFESS, 2001.

BEHRING, E. R. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/aceso15/12/2016>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

_____. Lei nº8742/93 de 07 de novembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993, Seção 1, p. 18769.

_____. Lei nº9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. 23 dez. 1996, Seção 1, p. 27833.

CARLOTO, C. M. A chefia feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, nº 4, p. 2-11. dez. 2005

CARVALHO, A. **A Família na atualidade**. Meu artigo – Brasil Escola, 2016. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/psicologia/a-familia-na-atualidade>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant, Famílias e Políticas Públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Famílias: Redes e Laços e Políticas Públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p.297-298.

CARVALHO, M. de. Índice de desenvolvimento da família (IDF). In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 6º São paulo Cortez-PUC, 2015. p. 273 a 279

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL(CFESS). **Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação**. Brasília, DF: CFESS, 2001.

FALEIROS, V. de P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 6. ed., r.São Paulo: Cortez, 1991. (Revisada e ampliada).

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **Plano Nacional de Assistência Estudantil 2012**. Brasília: FONAPRECE, 2012. Disponível em: <http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

FONSECA, C. Ser mulher mãe e pobre, In: DELPRIORE, M. (org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em Situação de Vulnerabilidade Social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, abr./jun.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>> . Acesso em: 15 jan. 2017.

GUIMARÃES, R. F.; GOMES, A S. C. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez., 2015. p.144 -147.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA(IFBA). **Diretrizes para a política de assistência estudantil do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Da BAHIA(IFBA)**. Salvador: IFBA, 2010.

_____. PORTAL IFBA. 2017. Institucional. Disponível em: <<http://www.portal.ifba.edu.br/institucional/>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA(IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica Socioeconômica, 27). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílio: síntese de indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: **Famílias: Redes e Laços e Políticas Públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p.75 -77.

MARTINS, E. B. C. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARX, K.; ENGELS F. A ideologia alemã. 6. ed. São Paulo: Boitempo 1987.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). 2017. Portal MEC. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso 23 mai. 2017.

MIOTO, R. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.12, n.2, p. 166-173, jan./jun.2010.

MINAYO, M. C. de S. (org.); GOMES, R.; DESLANDES, F. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Programa Bolsa Família (PBF)**. Portal MDS. Disponível em: <www.mds.gov.br.bolsafamilia>. Acesso em: 18 jun. 2017.

NETO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, P.A.P. Questão social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. **Temporalis**, v.2, n.3, 20013º ed São Paulo: Cortez, 2006.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**.3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 6. ed. São paulo: Cortez, 2015. p.31 – 39.

SAWAIA, B. B. Famílias e efetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 6. ed. São paulo: Cortez, 2015. p. 60-61.

SICSU, J. O que é e o que produz o ajuste fiscal? **Carta Capital [online]**, São Paulo, 10 mai. 2015. Disponível em: <WWW.cartacapital.com.br/o-que-e-e-o-que-produz-o-ajuste-fiscal-2903html>. Acesso em: 13 mar. 2017.

VIEIRA, E. Democracia e políticas sociais. São Paulo: Cortez, 1992.

VITALE, M. A. F. Famílias Monoparentais: indagações. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.23, n. 71, p.49-58. jan. 2002.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O/A Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de trabalho de conclusão de curso “ A importância do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, para as famílias monoparentais femininas dos estudantes do IFBA/campus Simões Filho.” Que tem como principal objetivo analisar a contribuição do PAAE para minimizar a vulnerabilidade socioeconômica enfrentamento nas famílias, bem como compreender sobre ações das provedoras em seu grupo familiar, e se realmente interfere na realidade familiar com efetividade para manutenção e permanência dos estudantes.

Cabe elucidar que as informações prestadas serão usadas exclusivamente para fins acadêmico-científicos e que preservaremos seu anonimato. A qualquer momento, poderá solicitar que suas informações sejam excluídas e/ou desistir da entrevista. Sua participação é voluntária, ou seja, não receberá qualquer valor em dinheiro ou gratificação.

Em caso de dúvidas, pode entrar em contato com a discente Barbara Cristina Pinheiro Melo. Através do e-mail barbaramelo7@hotmail.com, e a, Docente e orientadora da pesquisa Márcia Tavares. Através do e-mail marciatavares1@gmail.com.

Após devidamente informadas (os) sobre o conteúdo deste termo, dou meu consentimento para participar da pesquisa, e que meu depoimento seja gravado e transcrito pelas pesquisadoras.

Eu, _____,
portador(a) do RG: _____,

Salvador _____ de _____ de 2017

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Conhecer o perfil das mulheres a serem entrevistadas.

Nome;

Idade;

Cor;

Religião;

Profissão;

Renda;

2. Grau de parentesco da entrevistada com o adolescente assistido pelo PAAE.

3. Local de moradia, tipo de residência, se própria ou de aluguel;

4. A família está inserida em algum Programa Social, como Bolsa Família ou Minha casa Minha Vida etc.

5. Quais as estratégias que usa para enfrentar as dificuldades financeiras e prover o sustento da sua família. E quais os desafios em manter sua família sozinha?

6. Em que medida o PAAE contribuiu efetivamente na renda da família? E porquê?

7. Se o PAAE, interfere na realidade socioeconômica quanto a subsidiar a manutenção e permanência do seu filho na escola? Sim, não e porquê?

8. A escolha pelo IFBA foi sua ou do seu filho?.

9. Na sua opinião qual o grau de dificuldade que você encontraria para manter seu filho estudando, se não houvesse um programa de assistência estudantil no IFBA.

10. Você que fazer uma crítica sobre o PAAE? Sim ou não e porquê?

11. Na sua opinião todas as escolas deveriam ter um Serviço Social para acompanhar e orientar tanto os estudantes como as famílias. Sim ou Não e Porquê?

12. Qual sua opinião sobre ter que se dividir entre a jornada de trabalho dentro e fora de casa, e educação dos filhos?

13. O que representa para você ser mulher chefe de família monoparental feminina, em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais?

ANEXO A

IFBA/SIMÕES FILHO



Fonte: Portal Ifba